



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015



ACU



FICHA TÉCNICA

Título: Relatório de Atividades 2015

Edição: Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.) – maio 2016

Rua Álvaro Coutinho, n.º 14, 1150-025 Lisboa
Tel. +351 21 810 61 00 | Fax +351 21 810 61 17
acm@acm.gov.pt | www.acm.gov.pt

Paginação: Digital Image Case / Finepaper

Produção: GRECA – Artes Gráficas, Lda.

Tiragem: 1000 exemplares

ÍNDICE

I. NOTA INTRODUTÓRIA	6
1. Nota Introdutória do Conselho Diretivo do Alto Comissariado para as Migrações, I.P.	7
II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RECURSOS HUMANOS	10
1. Objetivos para 2015	11
2. Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020	12
3. Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante	13
3.1. Atendimentos	13
3.2. Gabinetes de apoio de iniciativa do ACM, I.P.	16
3.3. Visitas internacionais	18
4. Linha de Apoio ao Migrante	19
5. Serviço de Tradução Telefónica (STT)	19
6. CLAI, GIP Imigrante e Gabinetes de Apoio Especializado	21
6.1. Atendimentos	21
6.2. Outras iniciativas	21
7. Acompanhamento, ligação e apoio ao regresso emigrante	22
8. Acolhimento e integração de refugiados	26
9. Apoio ao Empreendedorismo Migrante	28
10. Programa Mentores para Migrantes	31
11. PTT – Programa Português para Todos	33
12. Apoio Técnico às Associações de Imigrantes	35
13. Educação, Formação, Mediação Intercultural e Diálogo Inter-religioso	37
14. Políticas Locais	42
15. Conselho para as Migrações	44
16. Planos e Conselhos com os quais o ACM, I.P., colaborou	45

17. Integração das Comunidades Ciganas	46
17.1. Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC)	46
17.2. Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas	48
17.3. Projeto Mediadores Municipais	49
17.4. Fundo de Apoio à ENICC	50
17.5. Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig)	52
17.6. Outras iniciativas	53
18. Informar, Comunicar e Sensibilizar	54
18.1. Materiais produzidos	54
18.2. Portal do ACM, I.P.	55
18.3. Promoção de Eventos de Sensibilização	56
18.4. Observatório das Migrações	59
19. Programa Escolhas	62
20. Combate à Discriminação e ao Racismo	69
20.1. Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR)	69
20.2. Comissão permanente da CICDR	72
21. Relações Internacionais	73
21.1. Redes e Projetos Internacionais	73
21.2. Comunicações em Conferências e Encontros Internacionais	75
22. Orçamento do ACM, I.P.	76
23. Auditorias	78
24. Programas de Formação Interna ou Externa	79
25. Recursos Humanos	80
III. AVALIAÇÃO FINAL	82
1. Avaliação Final de 2015	83
2. Distinções	84

The background is a solid green color with several large, overlapping, organic shapes in a lighter shade of green. These shapes resemble stylized leaves or petals, creating a sense of movement and depth. The shapes are layered, with some appearing in front of others, and they generally curve and flow across the page.

I.

NOTA

INTRODUTÓRIA

I. Nota introdutória do Conselho Diretivo do Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

Pedro Calado – Alto-comissário para as Migrações
José Antunes Fernandes – Vogal do Conselho Diretivo

O Alto Comissariado para as Migrações – ACM, I.P., Instituto Público na dependência direta da Presidência do Conselho de Ministros, tem por missão colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, bem como para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões. A missão específica do ACM, I.P., encontra-se consagrada no Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro.

O ano de 2015 marcou a consolidação do renovado Alto Comissariado para as Migrações. Foi um ano assinalado pela publicação do Plano Estratégico para as Migrações (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015), dos Estatutos do ACM, I.P. (Decreto-Lei n.º 146/2015, de 9 de agosto), determinando uma nova organização interna deste Instituto Público, bem como pela criação do Conselho Diretivo, enquanto órgão responsável pela definição da atuação do instituto e direção dos respetivos serviços, em conformidade com a lei e com as orientações governamentais. Esta consolidação foi ainda reforçada com a conclusão de um procedimento concursal que levou ao preenchimento de 16 lugares no mapa de pessoal do ACM, I.P..

O ano de 2015 fica registado como um ano em que 93,5% das ações previstas no plano anual de atividades foram concretizadas. De um total de 168 ações previstas, 157 foram operacionalizadas de acordo com o planeado. Este grau de concretização é tão mais relevante, quando consideramos que entre essas ações se encontravam desafios de grande amplitude tão bem plasmados neste relatório.

Em termos gerais, é de salientar, igualmente, e pelo segundo ano consecutivo, um nível de avaliação dos objetivos que atingiu 100%, permitindo ao ACM, I.P., ter uma avaliação de excelência no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR).

Permitam-nos destacar a quarta avaliação cofinanciada pela União Europeia acerca das políticas de integração para migrantes (MIPEX, 2015: <http://mipex.eu/portugal>) que, em 2015, voltou a confirmar os bons resultados do país que ocupa o segundo lugar no *ranking* de países com melhores políticas neste âmbito, tendência que se verifica desde 2007. Apesar da situação económico-financeira dos últimos anos, com um aumento do desemprego, em especial entre os imigrantes, Portugal conseguiu manter o essencial das suas políticas, programas e serviços para uma melhor integração dos migrantes, tendo aumentado mesmo a pontuação global no MIPEX.

Os resultados evidenciados neste relatório de atividades resultam de um enorme edifício construído em torno das migrações. Um edifício com pilares sólidos (assentes num legado de boas práticas e no consenso social e político), multinível (do central, ao regional e local), integrado (assegurando uma política migratória completa) e co-construído (pelo ACM, I.P., pelos seus parceiros da administração pública e pelas entidades da sociedade civil, nomeadamente pelas associações de imigrantes).

É, também, resultado de uma equipa extraordinária que todos os dias, de forma abnegada, transforma estratégias e intenções em concretizações e ações que, de facto, facilitam a vida dos que escolheram migrar para a implementação do seu projeto de felicidade.

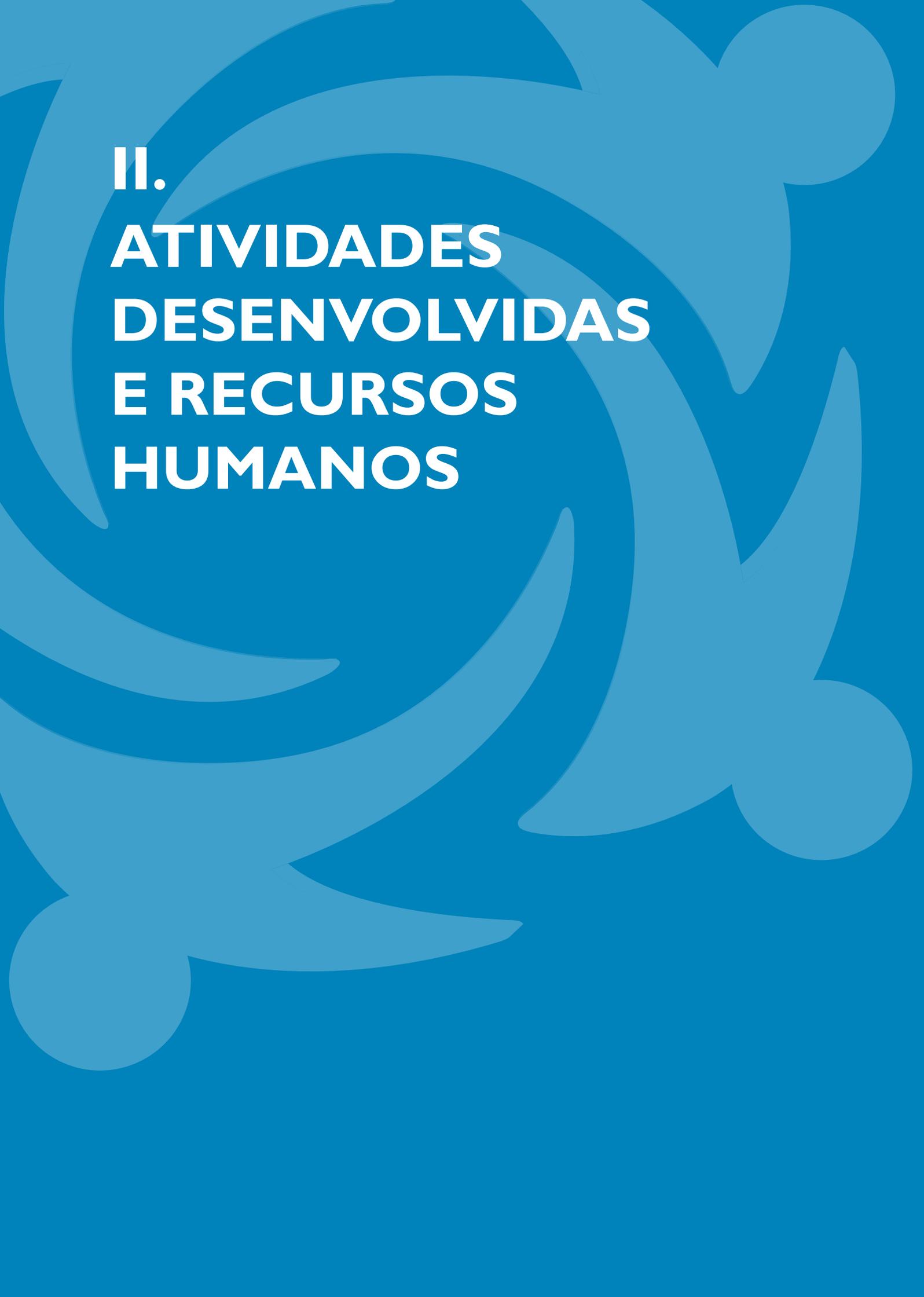
Gostaríamos de deixar uma nota para as nossas comunidades ciganas, dado que a implementação da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas tem vindo a caminhar no sentido da mudança que todos

desejamos. Em 2015, realizaram-se ao abrigo da ENICC, no conjunto das várias prioridades que a compõem, mais de 500 ações.

Que, em 2016, renovados por um espírito solidário e tolerante, continuemos a manter os padrões de excelência a que Portugal se habituou em matérias de integração. Este relatório de 2015 muito nos inspira a acreditar que continuaremos a estar à altura do desafio de acolher e integrar migrantes, agora reforçado pelo processo de recolocação de refugiados, bem como de continuar a demonstrar que a gestão da diversidade é possível mas, mais do que isso, aporta contributos e benefícios para um Portugal mais justo, coeso e intercultural.

Obrigado a todos(as).



The background is a solid blue color with several large, overlapping, abstract shapes in a lighter shade of blue. These shapes resemble stylized leaves or petals, arranged in a circular pattern around the text. The shapes are smooth and have rounded edges, creating a sense of movement and depth.

II.

**ATIVIDADES
DESENVOLVIDAS
E RECURSOS
HUMANOS**

I. Objetivos para 2015

O ACM, I.P., enquanto Instituto Público, inscreve os seus resultados no consagrado na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro (Sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública), onde se prevê a avaliação de desempenho de cada serviço assente num Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), sujeito a avaliação permanente, e atualizado a partir dos sistemas de informação do serviço.

O presente relatório de atividades reúne o balanço da proposta de atuação do Alto Comissariado para as Migrações, Instituto Público (ACM, I.P.) para o exercício de 2015, observando o modelo proposto pelo Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro. Neste documento especificam-se os objetivos estratégicos e operacionais constantes do QUAR, assim como os demais objetivos operacionais que delimitaram a ação da organização.

Do QUAR constam, essencialmente: a missão do serviço, os objetivos estratégicos plurianuais, os objetivos operacionais anuais, as metas a alcançar, os indicadores de desempenho e respetivas fontes de verificação, os meios disponíveis (humanos e financeiros), o grau de realização dos resultados obtidos na prossecução dos objetivos, a identificação dos desvios e das respetivas causas e a avaliação final do desempenho do serviço. Em 2015, o ACM, I.P., estabeleceu três objetivos específicos (OE):

- **OE 1:** Assegurar serviços acessíveis, humanos, integrados, aliados dos(as) imigrantes e capazes de gerir a diversidade;
- **OE 2:** Melhorar a capacidade de intervenção transversal na conceção, execução e avaliação das políticas nas migrações em todas as suas áreas;
- **OE 3:** Consolidar boas práticas no controlo de gestão, nas áreas dos recursos humanos, dos processos e dos procedimentos administrativos.

Relativamente aos objetivos operacionais (OO) e respetivos indicadores, os mesmos foram delineados da seguinte forma:

Parâmetro de eficácia:

- **OO 1:** Aproximar o ACM, I.P., dos(as) seus(suas) destinatários(as)
 - **Indicador 1:** Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM, I.P., (meta prevista de 875 visitas).
- **OO 2:** Promover a Diversidade Cultural
 - **Indicador 2:** Número de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros (meta prevista de 29.500 horas);
 - **Indicador 3:** Número de projetos de intervenção social de apoio a migrantes (meta prevista de 450 projetos).

Parâmetro de eficiência:

- **OO 3:** Garantir a boa gestão e execução dos recursos
 - **Indicador 4:** Prazo de pagamentos a fornecedores (em dias) (meta prevista de 27 dias);
 - **Indicador 5:** Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador(a), nos gabinetes dos CNAI, face ao ano anterior (meta prevista de 100%).

Parâmetro de qualidade:

- OO 4: Melhorar o funcionamento da organização e assegurar a qualidade do serviço prestado
 - **Indicador 6:** Número de reclamações com fundamento da responsabilidade dos CNAI apresentadas no livro amarelo (meta prevista de 14 reclamações);
 - **Indicador 7:** Tempo médio de espera nos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante em minutos (meta prevista de 00.20.00 minutos).

2. Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020

O ano de 2015 foi determinante para a conclusão do processo de conceção, aprovação e publicação do Plano Estratégico para as Migrações (PEM)¹. O PEM foi publicado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 12-B/2015, de 20 de março e entrou em vigor no dia seguinte à sua publicação. Embora o processo de conceção tenha sido desenvolvido ainda em 2014 – especialmente no que diz respeito ao seu enquadramento, desafios, eixos prioritários e critérios de avaliação/monitorização – muito do trabalho de articulação entre as diferentes entidades para preparação e elaboração das medidas foi concluído no primeiro trimestre de 2015.

Constituído por duas partes, na primeira encontram-se o enquadramento, os principais desafios, os eixos prioritários e critérios de avaliação e monitorização e, na segunda, o elenco de medidas organizadas por eixo prioritário, encontrando-se previstas 50 medidas no Eixo I – Políticas de integração de imigrantes; 10 medidas no Eixo II – Políticas de promoção da inclusão dos novos nacionais; 23 medidas no Eixo III – Políticas de coordenação dos fluxos migratórios; 9 medidas no Eixo IV – Políticas de reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratórios e 14 medidas no Eixo V – Políticas de incentivo, acompanhamento e apoio ao regresso dos cidadãos nacionais, num total de 106 medidas e 201 indicadores.

As medidas são de diversa natureza, abrangendo diferentes áreas de intervenção. Nas de natureza transversal, encontram-se, entre outras, áreas como as do acolhimento e integração, descendentes de imigrantes e nacionais, racismo e discriminação, associativismo imigrante, diversidade cultural e religiosa, cidadania, igualdade de género e tráfico de seres humanos. Nas áreas de intervenção sectorial, encontram-se vertidas as seguintes dimensões: trabalho, emprego e formação, saúde, habitação, educação, justiça, solidariedade e segurança social, cultura, entre outras.

A implementação do PEM é coordenada pelo ACM, I.P., e assegurada por um Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA) constituído por representantes de vários ministérios, a quem compete implementar as medidas, proceder à recolha e reporte de informação para acompanhamento, monitorização e avaliação da execução do Plano.

O GTA, na sua atual constituição, tem representantes dos seguintes ministérios: Ministro Adjunto; Ministério da Administração Interna; Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério do Trabalho; Solidariedade e Segurança Social; Ministério da Economia; Ministério da Agricultura Florestas e Desenvolvimento Rural; Ministério do Ambiente; Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa; Ministério da Justiça; Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, Ministério da Educação; Ministério da Saúde e Ministério da Cultura.

No âmbito do acompanhamento do PEM, nos seus primeiros nove meses de vigência em 2015, foi possível implementar importantes medidas, desenvolver algumas tarefas relacionadas com o funcionamento do GTA e implementar metodologias de acompanhamento, execução e avaliação. Nesta lógica, e no que se refere à implementação, no final do ano procedeu-se à recolha de informação para elaboração de um relatório qualitativo das medidas executadas em 2015, para elaboração de relatório a apresentar no primeiro trimestre de 2016.

¹ Disponível online em: http://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PEM_net.pdf/3a515909-7e66-41e8-8179-e3aa5e0c7195

Este relatório é preparado pelo ACM, I.P., e depois de validado pelos diferentes representantes no GTA, será apresentado ao Conselho para as Migrações.

Para apoio na operacionalização do reporte da informação, de setembro a dezembro, foi concebida uma plataforma *online*, como ferramenta destinada à utilização dos responsáveis institucionais e para registo de informação relativa à concretização do plano. Em outubro de 2015 foi produzida uma brochura do PEM e foi iniciado o seu processo de tradução para inglês.

O GTA reuniu uma vez, no dia 15 de dezembro, tendo tratado de aspetos relativos à sua organização interna, modo de funcionamento, informações gerais sobre a utilização da Plataforma PEM, períodos de reporte de informação e plano de atividades para 2016.

3. Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante

Após 12 anos de atividade, os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI) continuam a ser um modelo na integração de imigrantes, que inspira a criação de estruturas similares e que tem justificado a manutenção de reconhecimento nacional e internacional. Nesse sentido, o CNAI de Lisboa recebeu durante o ano de 2015 a visita de várias comitivas nacionais e internacionais, nomeadamente a do Presidente e cofundador do Migration Policy Institute, Demetrios Papademetriou.

Em 2015, foi inaugurado nos CNAI de Lisboa e Porto o Espaço do Cidadão (a 16 de março em Lisboa e a 1 de novembro no Porto), um serviço que se encontra inserido numa rede coordenada pela Agência para Modernização Administrativa, enquanto estratégia de modernização e simplificação administrativa. Estes espaços visam o atendimento em balcão único, com o objetivo de prestar um atendimento digital assistido ao(à) cidadão(ã) na relação com a Administração pública e a sua infoinclusão, sendo disponibilizados mais de 100 serviços *online* de diversas entidades públicas.

3.1. Atendimentos

Desde a abertura dos Centros e Extensão em Faro e até ao final de 2015, foram realizados mais de 3 milhões e 800 mil atendimentos (3.859.961). Em 2015, os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (Lisboa, Porto e Extensão em Faro) perfizeram um total de 235.308 atendimentos.

No CNAI de Lisboa, no ano de 2015, registaram-se 145.944 atendimentos, o que significa uma diminuição de cerca de 8% comparativamente ao ano anterior. Conforme se pode constatar na figura 1, o gabinete com maior número de atendimentos foi, como habitualmente, o Gabinete de Acolhimento e Triagem (GAT), muito embora se tenha assistido a uma diminuição nos atendimentos de 0,7%, relativamente ao ano anterior.

Com variações positivas há a destacar o Gabinete de Apoio Social (GAS), Gabinete de Apoio à Habitação (GAH), Gabinete de Apoio ao Emprego (GAE), Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante (GAJI) e o Gabinete de Apoio ao Imigrante Sobreendividado (GAIS), sendo que as subidas mais significativas se registaram nestes dois últimos.

No que diz respeito aos gabinetes das instituições presentes no CNAI de Lisboa, verifica-se um aumento nos atendimentos do Gabinete da Saúde e do Gabinete de Educação (com mais 17% e 11%, respetivamente).

Comparativamente a 2014, a Segurança Social sofreu um decréscimo no número de atendimentos de 36%,

a Conservatória dos Registos Centrais de 10%, a Autoridade para as Condições do Trabalho de 31% e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de 14%.

CNAI Lisboa	AT 2014	AT 2015	Varição
Gabinetes			
Gabinete de Acolhimento e Triagem	69.409	68.932	-1%
Gabinetes Especializados			
G. Apoio Social	4.063	4.256	5%
G. A. Reagrupamento Familiar	5.517	4.929	-11%
G. A. Habitação	386	393	2%
G. A. Imigrante Consumidor	4.001	3.056	-24%
G. A. Jurídico ao Imigrante	5.877	6.957	18%
G. A. Emprego	4.212	4.322	3%
G. A. Qualificação	709	574	-19%
G. A. Recenseamento	8	3	-63%
G. A. Imigrante Sobreendividado	150	313	109%
Espaço do Cidadão	-	778	n.a.
Instituições			
Saúde	1.598	1.865	17%
Segurança Social	20.517	13.102	-36%
Educação	6.250	6.959	11%
Conservatória dos Registos Centrais	3.472	3.133	-10%
Autoridade para as Condições do Trabalho	5.608	3.843	-31%
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	26.299	22.529	-14%
Total	158.076	145.944	-8%

Fig. 1 – Atendimentos CNAI Lisboa

Em 2015, foram realizados no CNAI Porto, 65.953 atendimentos o que representou uma descida de 37%, comparativamente com o ano de 2014. Este decréscimo significativo deveu-se, em grande parte, à mudança dos serviços do SEF para a Loja do Cidadão, baixando a sua média mensal de 2.170 atendimentos para 200 e a média diária de 100 para 9 atendimentos.

CNAI Porto	AT 2014	AT 2015	Variação
Gabinetes			
Gabinete de Acolhimento e Triagem	42.740	23.616	-45%
Gabinetes Especializados			
G. Apoio Social	605	583	-4%
G. A. Reagrupamento Familiar	3.124	4.019	29%
G. A. Jurídico ao Imigrante	3.652	3.690	1%
G. A. Emprego	1.315	1.496	14%
Espaço do Cidadão	-	26	n.a.
Instituições			
Segurança Social	20.438	18.824	-8%
Educação	591	678	15%
Conservatória dos Registos Centrais	8.233	9.266	13%
Autoridade para as Condições do Trabalho	1.134	1.066	-6%
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	22.163	2.717	-88%
Total	103.995	65.953	-37%

Fig. 2 – Atendimentos CNAI Porto

O gabinete onde se registou o maior número de atendimentos no CNAI Porto foi o Gabinete de Acolhimento e Triagem. O Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar (GARF) foi o gabinete especializado do CNAI que apresentou maior crescimento no número de atendimentos em 2015, com mais 29% do que no ano anterior, seguindo-se o Gabinete de Apoio ao Emprego (GAE).

Quanto às instituições presentes no CNAI Porto, o Gabinete de Educação (GE) registou a maior subida no número de atendimentos, com mais 15% do que em 2014, seguindo-se o da Conservatória dos Registos Centrais que contabilizou mais 13% de atendimentos. A Segurança Social e a Autoridade para as Condições do Trabalho apresentaram uma diminuição no número de atendimentos (menos 8% e 6%, respetivamente).

A Extensão do CNAI em Faro comemorou em abril o seu 7º Aniversário, tendo realizado ao longo do ano 23.411 atendimentos, o que correspondeu a uma subida em comparação com o ano anterior.

Numa lógica de adaptação a novas necessidades por parte dos(as) cidadãos(ãs), a Extensão do CNAI em Faro criou uma nova valência, nomeadamente na área do apoio ao emprego, e investiu no desenvolvimento e promoção da rede de parceria institucional, bem como na marca CNAI na região do Algarve.

Extensão CNAI Faro	AT 2014	AT 2015	Variação
Gabinetes			
Gabinete de Acolhimento e Triagem	21.025	20.341	-3%
Gabinetes Especializados			
G. Apoio Social	527	738	40%
G. A. Reagrupamento Familiar	761	1.128	48%
G. A. Jurídico ao Imigrante	1.046	1.205	15%
Total	23.359	23.411	0,2%

Fig. 3 – Atendimentos CNAI Faro

3.2. Gabinetes de Apoio de iniciativa do ACM, I.P.

Os gabinetes de atendimento especializado do ACM, I.P., são dinamizados por mediadores(as) interculturais, de diferentes origens e com domínio em diferentes línguas.

O facto dos(as) mediadores(as) falarem a mesma língua, conhecerem as diferentes culturas e, muitas vezes, terem vivido experiências migratórias idênticas a quem os procura, para além da sua formação académica e profissional, faz com que esta aposta seja um importante fator de proximidade e acolhimento. A colaboração dos(as) mediadores(as) interculturais é assegurada por protocolos celebrados entre o ACM, I.P., e associações de imigrantes ou Organizações Não-Governamentais a trabalhar na área da imigração.

O Espaço do Cidadão fez um total de 804 atendimentos, sendo que a maior procura foi referente a serviços da Segurança Social Direta. Para assegurar este atendimento foram formados(as) nove mediadores(as) interculturais para as especificidades dos serviços digitais prestados.

O Gabinete de Apoio ao Imigrante Sobreendividado, a funcionar no CNAI de Lisboa desde fevereiro de 2014, mantém o objetivo de informar, aconselhar e acompanhar o(a) cliente bancário(a) que se encontra em risco de incumprir as suas obrigações decorrentes de contrato de crédito, ou que, em virtude da mora no cumprimento dessas obrigações, se encontre em processo de negociação com a instituição de crédito. É ainda objetivo prestar apoio ao(a) cliente bancário(a) no âmbito de outras medidas aplicáveis a situações de incumprimento, previsto em legislação especial.

Assistiu-se, em 2015, a uma duplicação no número de atendimentos relativamente ao ano anterior. Para além dos atendimentos presenciais foram realizadas 63 ações de sensibilização para 721 destinatários(as), nos CNAI, em associações de imigrantes e para técnicos(as) dos CLAI – Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes.

O Gabinete de Apoio Social (GAS), no CNAI de Lisboa e na Extensão do CNAI em Faro, registou em 2015 uma subida no número de atendimentos. Para a prossecução do trabalho, o GAS mantém a aposta numa estreita articulação com os gabinetes do CNAI e/ou diversas instituições, tais como a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Instituto da Segurança Social, Centro Nacional de Pensões, Serviço Jesuíta aos Refugiados, Centro Padre Alves Correia, Assistência Médica Internacional, Organização Internacional para as Migrações, entre outras.

Neste gabinete, os assuntos mais representativos relacionaram-se com pedidos de informação e instrução referentes ao Rendimento Social de Inserção, Abono de Família para Crianças e Jovens e Abono Pré-Natal, pensões e apoios sociais como pedidos de alojamento, alimentação, apoio financeiro, emprego, educação e saúde.

O Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar (GARF) caracteriza-se fundamentalmente pelas suas funções de apoio aos(às) cidadãos(ãs) residentes regulares que pretendam proceder ao reagrupamento dos seus familiares. Assim, com esse intuito, disponibiliza aos(às) clientes que o procuram um serviço de informação e acompanhamento de processos de reagrupamento familiar, nomeadamente no que se refere à documentação necessária para a instrução dos processos, prazos legais, diligências prévias que devem ser desencadeadas pelos(as) interessados(as), postos consulares competentes, entre outras.

Em 2015, o número de atendimentos, informações e intervenções aumentaram no Gabinete de Apoio à Habitação. Neste sentido, o maior crescimento deveu-se a ações no âmbito de pedidos e candidaturas a habitação social (onde se inclui as situações de emergência social). A intervenção deste gabinete estendeu-se a todo território nacional, mas com maior incidência na Área Metropolitana de Lisboa, em articulação com institutos públicos e câmaras municipais.

O Gabinete de Apoio ao Imigrante Consumidor (GAIC), em 2015, procedeu ao atendimento e informação a consumidores(as), realizou mediação de conflitos e interveio junto das entidades de resolução alternativa de litígios (tribunais arbitrais e Julgados de Paz). No que respeita às matérias mais tratadas encontram-se os serviços públicos essenciais (fornecimentos de água, eletricidade, telefone fixo e móvel e serviços de internet), garantias de bens de consumo, seguros (em especial seguro automóvel), fiscal, segurança social e questões relacionadas com o acesso à justiça (apoio judiciário).

No que respeita ao Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante (GAJI), registou-se um aumento do número de atendimentos nos três postos nacionais. As principais áreas de intervenção deste gabinete foram, em 2015, e à semelhança do que vem sendo desde a sua abertura: Regime de entrada, permanência saída e afastamento de estrangeiros no território nacional, direito laboral, nacionalidade, segurança social, direito da família e menores, acesso ao direito e aos tribunais, bem como outras áreas como o direito fiscal.

Para além dos atendimentos, este gabinete presta ainda um apoio essencial a vários dos outros gabinetes do CNAI e ACM, I.P., como o Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante (GAEM), o Gabinete Técnico dos Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (GTCLAI), o Gabinete de Apoio ao Regresso Emigrante (GARE), entre outros, mediante respostas/opiniões colocadas via telefone e/ou correio eletrónico. O GAJI colabora igualmente com entidades externas, prestando os mais variados esclarecimentos (a instituições de solidariedade social, Santa Casa da Misericórdia, bem como vários CLAI existentes no país).

O Gabinete de Apoio ao Emprego (GAE) mantém como função principal a ajuda na procura ativa de emprego, com uma metodologia de atendimento que foca o desenvolvimento de competências para a empregabilidade, e aposta num acompanhamento de proximidade dos(as) seus(as) clientes, através de atendimentos não presenciais, tendo realizado cerca de 10 mil atendimentos presenciais e não presenciais.

A abertura do Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo Migrante (GAEM), em Lisboa, veio alterar de certa forma aquele que vinha sendo o âmbito de intervenção do Núcleo de Apoio ao Empreendedorismo (NAE) que passou assim a ser um serviço de informação geral e de incentivo à criação de autoemprego por parte dos(as) cidadãos(ãs) migrantes e de triagem para um atendimento mais especializado por parte do GAEM e para o Curso «Criação do Próprio Negócio».

Em 2015, o NAE fez 137 atendimentos sendo que 58% das questões colocadas foram relativas à «Criação de Novo Negócio». Do total de atendimentos, 38 foram encaminhados para o GAEM. O Gabinete de Apoio à Qualificação realizou 807 atendimentos, dos quais 574 foram presenciais. O gabinete foi procurado por cidadãos(ãs) de 37 nacionalidades diferentes, maioritariamente de países lusófonos e da Ucrânia. Os assuntos que mais trouxeram pessoas a este gabinete estavam relacionados com “oferta de formação para adultos”, bem como reconhecimento/ equivalência de habilitações superiores.

Os Gabinetes especializados e Instituições contam com o apoio imprescindível dos serviços de Pré-Triagem, Gabinete de Acolhimento e Triagem e Espaço Criança. Refira-se que o Gabinete de Acolhimento e Triagem, no

CNAI de Lisboa, recebeu vários(as) técnicos(as) para Formação Observada, provenientes de diferentes serviços internos, nomeadamente novos(as) mediadores(as), mediadores(as) de outros CNAI e mediadores(as) de outros gabinetes (reciclagem), recebeu ainda formandos(as) da Rede GIP e dos CLAII. Já o Espaço Criança recebeu em 2015, 1.917 visitantes.

Refira-se igualmente que, em 2015, foram realizadas 6 “Saídas de Terreno” a diferentes locais, tais como, projetos de intervenção comunitária, centros de formação profissional e associações. Em 2015, foram ministradas ações de formação aos(às) 9 colaboradores(as) dos CNAI, nomeadamente nas temáticas de tráfico de seres humanos, igualdade e discriminação racial, desenvolvimento de competências pessoais e sociais, estereótipos de género e desigualdades entre homens e mulheres e promoção dos direitos das pessoas com deficiência em contexto de relacionamento/atendimento.

3.3. Visitas Internacionais

Reforçando o reconhecimento internacional de Portugal como um dos países do mundo com as melhores políticas e serviços de integração para imigrantes, os serviços do ACM, I.P., voltaram a acolher, em 2015, inúmeros pedidos de comitivas internacionais para visitas de estudo. Entre as boas práticas nacionais que mais geram interesse de outros países para eventual replicação na vertente da prestação de serviços de integração, continuou a destacar-se o modelo *one-stop-shop* (categoria internacional para designar os CNAI), desenvolvido em Portugal há mais de uma década.



Fig. 4 - Visita dos representantes das embaixadas da Finlândia, Suécia, Noruega, Dinamarca e da Comissão Europeia (setembro)

Neste ano, o ACM, I.P., acolheu 25 comitivas internacionais constituídas por cerca de duas centenas de representantes, oriundos de mais de três dezenas de instituições de outros países e de organizações europeias. Destaca-se, em 2015, a vinda de várias comitivas da Rússia, República Checa, Azerbaijão, Roménia e Macedónia, bem como da Áustria, Bélgica, Letónia, Finlândia, Malta e Suécia.

4. Linha de Apoio ao Migrante

Com as novas atribuições do Alto Comissariado para as Migrações, I.P., para a área da emigração, em estreita colaboração com o MNE, nomeadamente com programas de apoio ao regresso do emigrante, a Linha SOS Imigrante passou também a prestar informações nessa área e, em Junho de 2015, adaptou-se a denominação aos novos objetivos, passando a designar-se Linha de Apoio ao Migrante.

Atualmente, a Linha de Apoio ao Migrante é constituída por uma equipa de seis mediadores(as) interculturais que possibilitam o atendimento em português, ucraniano, russo, bielorusso, romeno, inglês, francês, espanhol e crioulo de Cabo Verde, tendo efetuado um total de 55.883 atendimentos. A Linha de Apoio ao Migrante tem ainda como atribuição a resposta a *e-mails*, tendo respondido a 1.477 pedidos de informação que chegaram por esta via entre fevereiro e dezembro de 2015.

5. Serviço de Tradução Telefónica (STT)

Este serviço, em funcionamento desde 2006, tem por objetivo a promoção da integração do(a) cidadão(ã) migrante através de supressão da barreira linguística. Com a previsão de aumento do fluxo de refugiados(as), o Serviço de Tradução Telefónica iniciou um processo de recrutamento de tradutores(as) de idiomas como o árabe, o farsi e o tigrínia. Na Bolsa de Tradutores encontram-se disponíveis 60 tradutores(as) selecionados(as) para 53 idiomas.

Albanês	Djola	Lituano
Alemão	Espanhol	Macedónio
Árabe	Farsi	Mandinga
Azerbaijano	Francês	Nepalês
Balanta	Georgiano	Wolof
Bangla	Grego	Persa
Berberé	Guarani (Paraguai)	Pidgin English
Bósnio	Gujarati	Polaco
Búlgaro	Hindi (Índia)	Punjabi
Checo	Holandês	Romeno
Chinês Mandarim	Húngaro	Russo
Chinês Quíngian	Igbo (Nigéria)	Sérvio
Chinês Wenzhou	Inglês	Sonrai
Chinês Xangai	Yorúba (Nigéria)	Tetum
Crioulo (Cabo Verde)	Italiano	Turco
Crioulo (Guiné-Bissau)	Japonês	Ucraniano
Croata	Kikongo (Rep. Congo)	Urdu
Dari	Lingala (Rep. Congo)	

No ano de 2015, o Serviço de Tradução Telefónica registou 838 contactos para traduções, agendamentos e informações sobre o funcionamento do serviço, o que representa um aumento de 148 chamadas comparativamente ao ano anterior. Relativamente à origem das chamadas, os pedidos de tradução foram solicitados sobretudo por Organizações Não-Governamentais, seguindo-se as estruturas ligadas à saúde e os serviços do ACM, I.P./CNAI/CLAII.

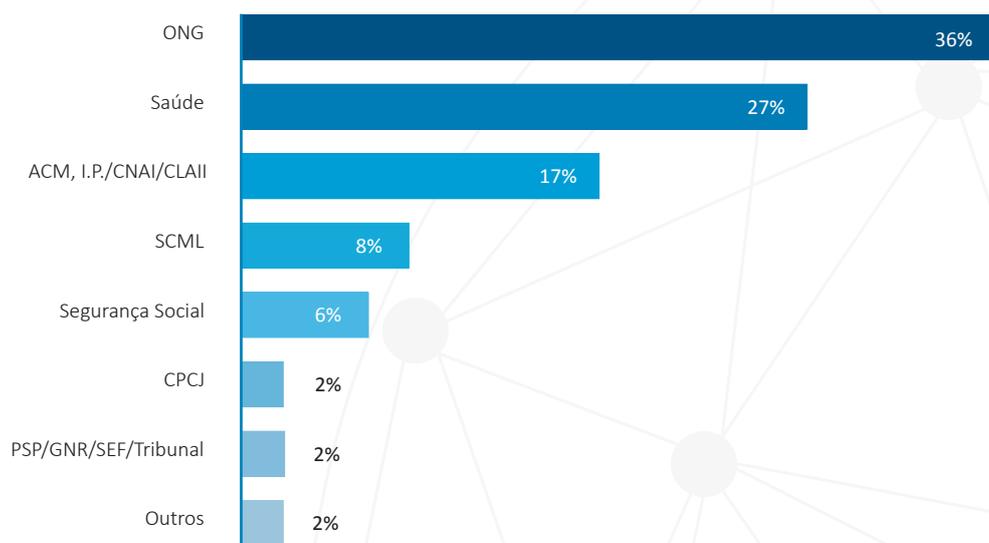


Fig. 5 – Entidades que recorreram ao STT

Os idiomas mais solicitados, conforme se pode constatar, no gráfico abaixo, foram o russo e o chinês.

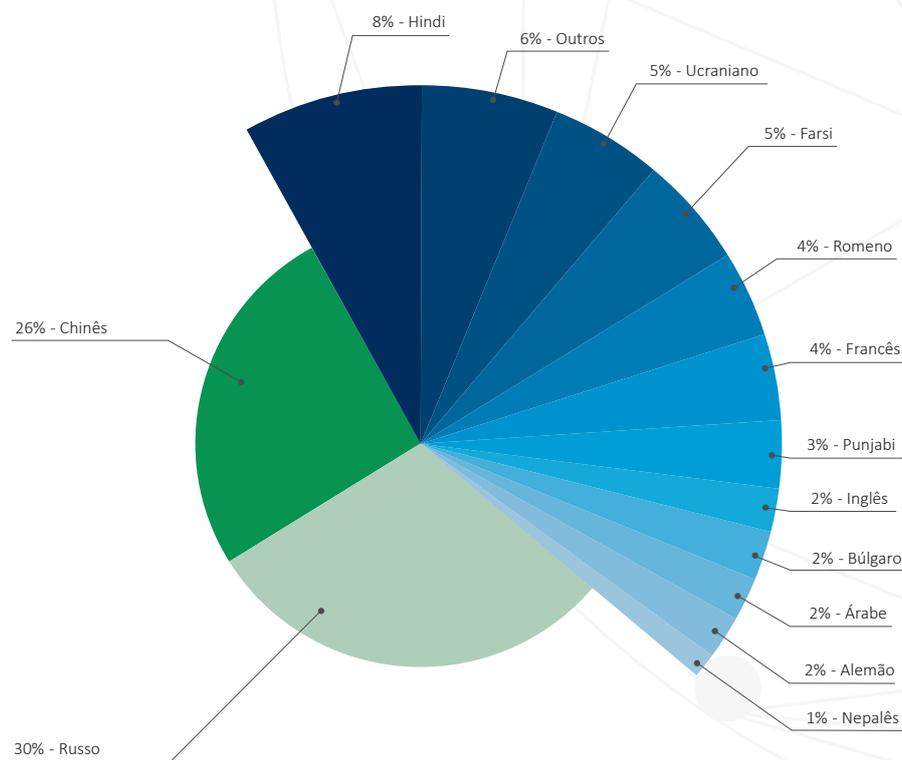


Fig. 6 – Idiomas mais solicitados ao STT

No ano de 2015, o ACM, I.P., disponibilizou excepcionalmente tradutores(as) que garantiram traduções presenciais, a pedido das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, bem como no âmbito do acolhimento aos(às) refugiados(as).

6. CLAI, GIP Imigrante e Gabinetes de Apoio Especializado

Verificou-se, no ano de 2015, uma continuidade do trabalho desenvolvido em 2014 no âmbito do Programa Anual do Fundo Europeu para Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT), que terminou a 30 de junho de 2015. Com o termo do Programa, cessaram igualmente os projetos que financiavam um total de 100 gabinetes (29 CLAI e 71 GAEI). Não obstante o termo dos projetos, cerca de 38 destas entidades abrangidas pelo FEINPT continuaram a assegurar a atividade de gabinete CLAI, de acordo com a sua disponibilidade, reportando atendimentos e articulando com o ACM, I.P..

Assim, a partir de 1 de julho de 2015, a Rede CLAI passou a ser constituída por 56 CLAI, no âmbito das parcerias que o ACM, I.P., mantém com 45 autarquias e quatro entidades da sociedade civil que asseguraram a continuidade dos CLAI, agora sem financiamento FEINPT.

6.1 Atendimentos

Em 2015, a Rede CLAI e GAEI realizou um total de 64.848 atendimentos, sendo que 51.575 são respeitantes aos gabinetes CLAI e 13.273 atendimentos efetuados no âmbito dos diferentes Gabinetes de Apoio Especializado (social, psicológico, saúde, emprego, entre outros).

Quanto ao perfil dos atendimentos, e no que respeita aos gabinetes CLAI, o assunto mais comum continua a ser a regularização da situação migratória à semelhança dos anos anteriores. No total, os atendimentos registados abrangem 120 nacionalidades diferentes, sendo as primeiras cinco: cabo-verdiana, brasileira, guineense, angolana e a ucraniana. O apoio foi prestado maioritariamente a imigrantes do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 26 e os 35 anos.

No âmbito da Portaria n.º 140/2015, de 20 de maio, que regula o novo funcionamento dos Gabinetes de Inserção Profissional (GIP), o Instituto de Emprego e Formação Profissional e o Alto Comissariado para as Migrações reforçaram a parceria de forma a dar continuidade à Rede GIP Imigrante. Coube ao ACM, I.P., selecionar e indicar as entidades promotoras da Rede GIP Imigrante, cuja cerimónia de Assinatura do Protocolo de Cooperação decorreu nas instalações do Centro Cultural Moldavo, em São Domingos de Rana, no dia 10 de setembro de 2015.

A partir desta data, a Rede GIP Imigrante passou a ser constituída por 10 gabinetes. No ano de 2015, a Rede GIP Imigrante realizou 8.366 atendimentos.

6.2. Outras Iniciativas

Com o objetivo de consolidar o trabalho até agora desenvolvido, bem como capacitar os técnicos(as) da Rede tendo em atenção as necessidades por eles identificadas, o ACM, I.P., deu continuidade ao plano de formação em parceria com entidades estratégicas em áreas transversais às questões da imigração:

- Ação de Sensibilização sobre “Sobreendividamento” realizado em parceria com o Gabinete de Apoio ao Imigrante Sobreendividado do ACM, I.P.;
- Ação de formação sobre “Asilo e Refugiados”, realizada em parceria com o Conselho Português para os Refugiados (CPR);

- Ação de Sensibilização sobre o “Tráfico de Seres Humanos”, realizada em parceria com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG);
- Ações de Formação Observada em Gabinetes Especializados dos CNAI de Lisboa e Porto;
- Formação inicial a técnicos(as) da Rede GIP Imigrante.

No total, foram realizadas 252 horas de formação abrangendo toda a Rede CLAII, de norte a sul do país. No âmbito das suas competências, enquanto parte da equipa de acompanhamento operacional do Sistema de Gestão e Controlo da Autoridade Delegada do FEINPT, foram realizadas 23 visitas ao local, apoiando e garantindo a execução física dos projetos, mais especificamente dos gabinetes. Estas visitas constituíram momentos privilegiados de partilha com as equipas, que se revelaram muito importantes para detetar dificuldades e desbloquear situações.

No ano de 2015, foram ainda realizadas quatro reuniões de coordenação regional em Viana do Castelo, Aveiro, Coimbra e Loulé, agregando os CLAII que se situam em cada uma destas regiões.



Fig. 7 – Reuniões regionais – Técnicos(as) da Rede CLAII

7. Acompanhamento, ligação e apoio ao regresso emigrante

No âmbito do Plano Estratégico para as Migrações (PEM), foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros, n.º 12-B/2015, de 20 de março, um conjunto de medidas (Eixo V) que visam fomentar políticas de reforço da ligação, acompanhamento e apoio ao regresso dos(as) cidadãos(ãs) nacionais emigrantes. Tais políticas, desenhadas em estreita colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, através da DGACCP (Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas), tomam a forma de 14 medidas, num total de 106 que integram o PEM, resultando em 21 ações concretas. Não se trata, naturalmente, de fomentar o regresso mas, sobretudo, de fechar o ciclo migratório com uma peça que pode apoiar os que quiserem regressar.

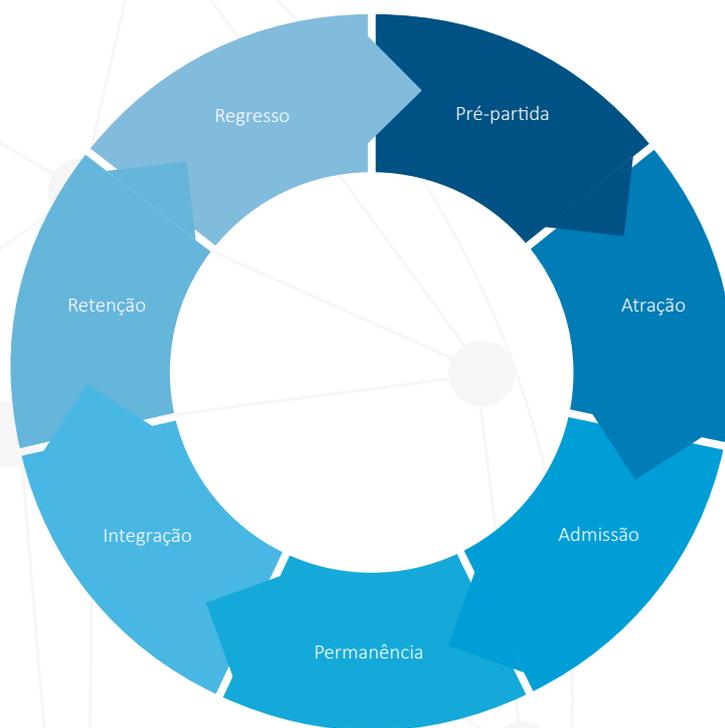


Fig. 8 – Ciclo migratório

A comunicação destas ações ganha relevância e impacto na forma como são divulgadas ao público-alvo e como este tem acesso à informação. Nesse sentido, o recurso a meios tecnológicos ganhou importância, nomeadamente através do novo Portal do ACM, I.P., que disponibiliza um conjunto de informações na área específica para emigrantes portugueses, em <http://www.acm.gov.pt/portugueses>. Esta informação está, igualmente, disponível na app “Portugal Lá Fora”, disponível em <http://www.portugallafora.pt/>, que promove a comunicação, a integração e a interação com os portugueses no mundo, bem como o acesso a serviços e informações relevantes para emigrantes (embaixadas, postos consulares, associações de emigrantes, centros de línguas e espaços de lazer), com recurso à geolocalização.

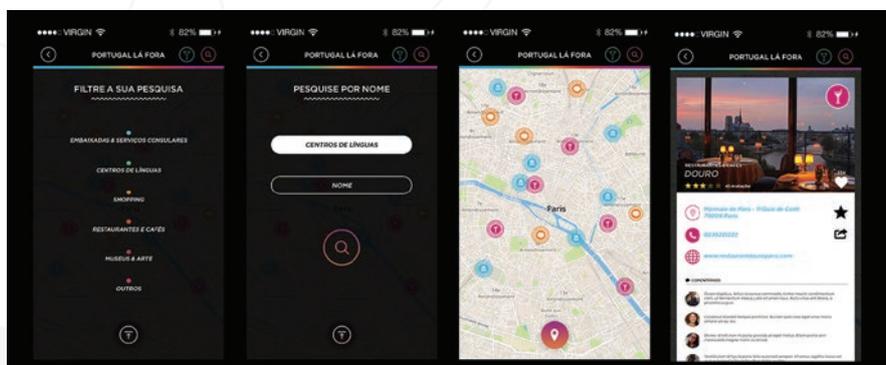


Fig. 9 – App “Portugal Lá Fora”

No primeiro semestre de 2016, será também lançada a Plataforma de Mobilidade Profissional Global. Esta plataforma, resultante de uma parceria entre o ACM, I.P., a Fundação Calouste Gulbenkian e as Ordens dos Engenheiros e Enfermeiros, consiste numa ferramenta *online* de apoio à contratação de portugueses que residam no estrangeiro, tendo como objetivo promover e divulgar oportunidades de trabalho em Portugal e no exterior. É igualmente objetivo da plataforma, incentivar a criação e o aprofundamento sistemático do registo do percurso dos profissionais portugueses que exerçam a sua atividade profissional no estrangeiro, permitindo a sua caracterização e análise das suas competências e currículo, resultando, deste modo, num instrumento informativo consistente sobre os recursos humanos portugueses em mobilidade.

O separador “Portugueses”, integrado no Portal do ACM, I.P., disponibiliza aos cidadãos(as) portugueses(as) que vivem no estrangeiro um conjunto de ferramentas e medidas. Este separador contém os seguintes conteúdos:

Migrações e Regiões	Empreender, Trabalhar, Regressar	Ligue-se a Portugal	Informação útil	Gabinetes de apoio
Saber mais sobre as migrações portuguesas	Projectos locais de capacitação	Rede de Projectos para Portugueses	Impostos	Linha de apoio ao Migrante
Políticas territoriais de apoio à emigração	Elevar o seu negócio	Concurso 50/50	Saúde	Gabinete de apoio ao Regresso do Migrante
Políticas Internacionais	Concurso de ideias VEM	Programa Mentores para Migrantes	Segurança Social	Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante
–	Informação sobre os Concursos Portugal 2020	Internacionalização do Programa Escolhas	Estudar	–
–	Plataforma de Mobilidade Profissional Global	Português <i>e-Learning</i>	Recenseamento Eleitoral	–
–	Trabalhar em Portugal	Aplicação “Portugal Lá Fora”	–	–

Fig. 10 – Conteúdos disponíveis no separador “Portugueses” do Portal do ACM, I.P.

A partir da experiência do ACM, I.P., com o Programa de Empreendedorismo Imigrante (PEI), entendeu-se alargar esta área para a promoção de negócios de emigrantes em Portugal. Neste âmbito, foi lançado em julho de 2015, o concurso de ideias de negócio Valorização do Empreendedorismo Migrante (VEM), promovido pelo ACM, I.P., com o apoio da empresa DreamShaper, e assumindo um carácter experimental, com o objetivo de contribuir para a criação de negócios por parte de emigrantes, através do incentivo ao desenho, teste e implementação de soluções empreendedoras a desenvolver em Portugal.

Ao nível do apoio administrativo, existem gabinetes no ACM, I.P., com funções específicas para acompanhar, monitorizar e apoiar todas as medidas e ações aqui descritas, nomeadamente o Gabinete de Apoio ao Regresso Emigrante (GARE). O Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante (GAEM), por sua vez, gere as diversas iniciativas de apoio ao empreendedor migrante (imigrantes e emigrantes). A Linha de Apoio ao Migrante (808 257 257 ou 00351 218106191, se fora de Portugal) procura responder às perguntas mais frequentes dos migrantes, fornecendo telefonicamente toda a informação disponível na área das migrações ou encaminhando as chamadas para os serviços competentes (por exemplo para a DGACCP), sempre que o tema seja da competência de outra entidade.

Quanto à natureza dos pedidos, as questões no âmbito do empreendedorismo assumem uma maior frequência, seguidas das relativas ao acesso a serviços e informação, quer em termos gerais, ou especificamente, no âmbito da Segurança Social e Atividade Tributária e Aduaneira.

No âmbito do atendimento realizado pelos gabinetes supramencionados, no período entre maio e dezembro de 2015, registou-se um total de 226 pedidos de informação remetidos aos nossos serviços, em que 34 são de portugueses emigrados no Brasil, seguidos da comunidade portuguesa residente em França (22) e no Reino Unido (21).



Fig. 11 – Origem dos portugueses emigrados que contactaram o ACM, I.P.

Para além destes gabinetes, o Programa Mentores para Migrantes (<http://mentores.acm.gov.pt>), viu alargado o seu âmbito de intervenção, passando a promover igualmente a mentoria entre cidadãos(ãs) nacionais residentes e não-residentes, com vista ao apoio ao regresso sustentado em projeto profissional (medida 102, Eixo V, do PEM).

Neste sentido foram assinados, no dia 30 de novembro de 2015, os primeiros protocolos com duas entidades no estrangeiro que passam a integrar a rede e a trabalhar especificamente no encaminhamento de emigrantes: Confederação da Comunidade Portuguesa do Luxemburgo e Centro Português de Apoio à Comunidade Lusófona, em Londres.

Ainda no sentido de divulgar as ações e projetos destinados aos(às) cidadãos(ãs) nacionais emigrantes no estrangeiro, o ACM, I.P., realizou um *roadshow* – “Portugal é onde estão os Portugueses”, de 5 a 13 de dezembro, por cinco cidades europeias e de maior expressão da emigração portuguesa: Genebra, Zurique, Gasperich (Luxemburgo), Hamburgo e Paris.



Fig. 12 – Roadshow

Como forma de ligar os(as) portugueses(as) não residentes ao desenvolvimento local, foi lançado, a 23 de novembro de 2015, o concurso de ideias 50/50 (<http://www.50por50.pt>) que visa apoiar ideias com impacto social de instituições com causas sociais e humanitárias, sediadas em Portugal. As ideias selecionadas são apoiadas por emigrantes e pelo próprio ACM, I.P.. No âmbito do Concurso 50/50, foram apresentadas 57 ideias, tendo sido pré- aprovadas 50 ideias, de acordo com os critérios de impacto, adequação, relação custo-benefício, qualidade e sustentabilidade. A fase que se seguirá durante 2016 é de angariação de emigrantes apoiantes, pelo que cada entidade deverá iniciar uma campanha de divulgação da sua ideia.

O programa Elevar o seu Negócio é dirigido a micro empresários(as) portugueses(as) com empresas sediadas no estrangeiro que pretendam replicar o seu negócio em Portugal, e que desejam estreitar laços com o seu país e

a sua região de origem, contribuindo para o desenvolvimento e criação de valor na economia. Materializa-se em assessoria na constituição da empresa em Portugal, apoio técnico, integração em fórum e rede de empresários(as), acesso privilegiado às entidades locais e acompanhamento por um(a) *Personal Business Mentor*. Até 31 de dezembro de 2015, foram contactadas 372 entidades.

Finalmente, o ACM, I.P., solicitou a realização de um estudo intitulado “Motivações para um eventual regresso de emigrantes a Portugal”. Este estudo foi realizado com o objetivo de informar o desenvolvimento de estratégias de comunicação sobre o conjunto de medidas contempladas no Plano Estratégico para as Migrações que se destinam ao incentivo, acompanhamento e apoio ao regresso dos(as) cidadãos(ãs) nacionais emigrantes. Neste estudo, realizado junto de portugueses a residir no estrangeiro, foram exploradas perceções sobre a sua experiência bem como atitudes e expectativas face a um eventual regresso a Portugal.

8. Acolhimento e integração de refugiados

Em 2015, o Alto Comissariado para as Migrações viu alargadas as suas atribuições no âmbito do acolhimento e integração de refugiados, fazendo-se representar em dois grupos distintos neste âmbito: o Grupo Operativo da reinstalação e o Grupo de Trabalho da Agenda Europeia para as Migrações, tendente à recolocação.

Assim, o Grupo Operativo, coordenado pelo Instituto de Segurança Social, foi criado em 2012, tendo em vista a integração dos(as) beneficiários(as) de proteção internacional e requerentes de proteção internacional titulares de autorização de residência provisória. Deste Grupo fazem parte o ACM, I.P., o Instituto de Segurança Social (ISS), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o Conselho Português para os Refugiados (CPR).

Este Grupo tem por missão a promoção de ações de cooperação conjuntas, que permitam garantir uma parceria e atuação eficaz, uma melhor promoção da articulação de todos os organismos atuantes nas áreas de intervenção respetivas bem como à necessária integração social dos(as) beneficiários(as) de proteção internacional e requerentes de proteção internacional titulares de autorização de residência provisória.

No âmbito das suas valências, são disponibilizados, nos CNAI e CLAI, serviços de acolhimento, atendimento, esclarecimento e informação orientada para satisfação das necessidades dos(as) requerentes e beneficiários(as) de proteção internacional. Destaca-se ainda, o apoio prestado pelo Serviço de Tradução Telefónica (STT), bem como o encaminhamento dos(as) requerentes e beneficiários(as) de proteção internacional para o programa de aprendizagem de língua portuguesa (Programa Português para Todos) com vista à sua melhor integração social.

O segundo grupo do qual o ACM, I.P., faz parte é o Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações, criado pelo Despacho n.º 10041-A/2015, de 3 de setembro, e coordenado politicamente pelo Ministro Adjunto, cuja missão principal é a de aferir a capacidade instalada e preparar um plano de ação e resposta em matérias de recolocação e integração dos(as) migrantes. Este grupo é coordenado tecnicamente pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Este Grupo pretende dar resposta à crise humanitária com a qual a União Europeia se viu confrontada em 2015, com a chegada de milhares de cidadãos(ãs) da Síria, Iraque, Eritreia, entre outros países, à Grécia e a Itália, e a partir de onde esperam que lhes seja concedido o estatuto de refugiado num país da União Europeia.

O Grupo é constituído por um representante de cada um dos serviços que o integra, nomeadamente a Direção-Geral dos Assuntos Europeus/MNE, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o Instituto de Segurança Social, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, a Direção-Geral de Saúde, a Direção-Geral da Educação, para além do ACM, I.P. Foram igualmente chamadas a participar as autarquias locais, através da ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses), e diversas Organizações Não-Governamentais.

O Grupo de Trabalho visou, primeiramente, mapear as respostas existentes no terreno no que respeita a disponibilidades de acolhimento. As propostas de acolhimento foram definidas com base nos seguintes princípios:

- Institucional, ao privilegiar o acolhimento por instituições, em detrimento do acolhimento por particulares;
- Descentralizado, ao valorizar o potencial do acolhimento em territórios de média e baixa densidade, evitando-se grandes concentrações de indivíduos;
- Em consórcio, ao mobilizar consórcios locais de instituições que, em conjunto, assegurem os vários requisitos necessários para a plena integração dos refugiados;
- Integrado, ao considerar todos os itens contemplados no formulário de acolhimento (alojamento, alimentação, emprego, educação, saúde, língua portuguesa);
- Autónomo, ao apresentar soluções que permitam a gradual autonomia dos refugiados, designadamente as soluções de alojamento que assentem em soluções de pequena escala.

Em segundo lugar, foi desenhada uma estratégia nacional para uma plena integração dos(as) refugiados(as) em Portugal. Até ao final de 2015, o mapeamento das disponibilidades de acolhimento permitiu criar condições para o acolhimento de mais de 3.000 refugiados(as), distribuídos(as) pelos 18 distritos de Portugal e por 112 municípios, indo assim ao encontro do delineado nos princípios de acolhimento.

No âmbito deste Grupo de Trabalho, cabe ao ACM, I.P., a sensibilização da opinião pública para a temática dos(as) refugiados(as), a articulação com a sociedade civil e autarquias na recolha de propostas de acolhimento de refugiados e, à semelhança do que acontece no Grupo Operativo, a disponibilização dos serviços dos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante, Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes, bem como do Serviço de Tradução Telefónica (STT) e o apoio prestado pelo Programa Português para Todos, com vista à aprendizagem da língua portuguesa.

Ao nível da sensibilização sobre a temática dos(as) refugiados(as), o ACM, I.P., tem participado em seminários, conferências e entrevistas com o objetivo de esclarecer e sensibilizar a opinião pública para a problemática e necessidades de integração dos(as) refugiados(as).

Foram ainda produzidos 500.000 exemplares da revista *Refugiados*, que aborda factos e argumentos para desfazer medos e mitos acerca dos(as) refugiados(as). Esta publicação, editada em parceria com a PAR (Plataforma de Apoio aos Refugiados), foi distribuída gratuitamente, durante o mês de outubro, com a *Visão*, o *Correio da Manhã*, o *Expresso* e o *Diário Económico*.

Foi ainda delineada para 2016 uma campanha de sensibilização nas escolas de ensino básico e secundário (Mais do que Números), uma campanha televisiva de sensibilização para o tema dos(as) refugiados(as) e uma formação aos(as) técnicos(as) das Câmaras Municipais e CLAS que se disponibilizaram a acolher refugiados(as), em parceria com o CPR e PAR.

Com a finalidade de dar resposta e reunir os contributos das instituições e particulares que manifestaram vontade e condições para apoiar no acolhimento e integração dos 4574 refugiados(as) que Portugal se propôs a receber, número este posteriormente revisto para 10.000 indivíduos, foi criado em setembro de 2015 um correio eletrónico refugiados@acm.gov.pt para esclarecimento de dúvidas e um *site* <http://www.refugiados.acm.gov.pt>, através do qual as várias entidades e particulares puderam indicar as suas disponibilidades para o acolhimento. Foram ainda disponibilizados os serviços da Linha de Apoio ao Migrante para esclarecimentos de dúvidas e encaminhamento de disponibilidades de acolhimento.



Fig. 13 – Portal www.refugiados.acm.gov.pt

A partir de um mecanismo de apoio à integração já existente para cidadãos(ãs) imigrantes, o ACM, I.P., alargou o sistema de sensibilização para o voluntariado, através da Plataforma de Mentores para Migrantes (<https://mentores.acm.gov.pt>), de forma a incluir também os(as) refugiados(as), fazendo o *matching* com famílias ou indivíduos que necessitem de apoio na sua integração. Este *matching* permitirá ter um(a) cidadão(ã) que apoiará em matérias como saúde, educação, emprego, língua portuguesa, assegurando, em simultâneo, formação aos mentores ao nível local.

No ano de 2015, para além dos(as) refugiados(as) vindos(as) ao abrigo do protocolo de Cooperação em matéria de apoio a requerentes e beneficiários(as) de proteção internacional, o ACM, I.P., apoiou em novembro o acolhimento à chegada de 20 refugiados(as) reinstalados(as) que se encontravam no Egito, oriundos do Sudão e da Síria, que foram acolhidos em Penela, no âmbito de Projeto de Acolhimento e integração, da ADFP (Fundação Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional).

Em dezembro, o ACM, I.P., apoiou, ainda, o acolhimento de 24 refugiados(as) que se encontravam em Itália e na Grécia, oriundos da Eritreia, Sudão, Síria e Tunísia, tendo posteriormente sido acolhidos por Câmaras Municipais, pelo Conselho Português para os Refugiados, pela Cruz Vermelha Portuguesa, pela União das Misericórdias Portuguesas e por duas Fundações, através da Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR).

9. Apoio ao Empreendedorismo Migrante

Em 2015, as iniciativas dirigidas ao(à) empreendedor(a) migrante aumentaram, motivando a inauguração do GAEM – Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante, no CNAI de Lisboa.

As áreas de atuação do GAEM são: formação; atendimento especializado; disponibilização de espaços de trabalho; *workshops*; atividades de promoção da iniciativa empreendedora; articulação com diversas entidades de apoio ao empreendedorismo.



Fig. 14 – Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo Migrante

Em concreto, as principais atividades desenvolvidas em 2015 foram:

- PEI – Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante: O PEI tem como objetivo estimular o empreendedorismo junto das comunidades imigrantes. As atividades centrais do projeto são o curso «Apoio à Criação de Negócios» e consultoria ao(à) empreendedor(a) (durante e após o curso);

		Sexo	
		Masculino	Feminino
N.º de cursos desenvolvidos pelo GAEM no CNAI de Lisboa	2	–	–
N.º de participantes	53	18	35
N.º de Certificados de Frequência	30	11	19
N.º de Cartas de Recomendação	8	3	5
N.º de cursos acompanhados e desenvolvidos por/em entidades terceiras	6	–	–

Fig. 15 – Participantes no PEI

Em 2015, o GAEM executou duas edições do PEI no CNAI de Lisboa, bem como, sempre que solicitado, apoiou tecnicamente as instituições que dinamizavam o projeto no âmbito das candidaturas submetidas ao FEINPT. De forma experimental, o GAEM implementou o PEPEI – Projeto de Empreendedorismo Para Estudantes Internacionais, com o objetivo de capacitar estudantes internacionais para a estruturação e implementação de uma ideia de negócio.

		Sexo	
		Masculino	Feminino
N.º de participantes	15	4	11
N.º de Certificados de Frequência	8	3	5

Fig. 16 – Participantes no PEPEI

- Concurso VEM (Valorização do Empreendedorismo Migrante): lançado em 2015, assumindo um carácter experimental, pretendeu contribuir para a criação de micronegócios por parte de emigrantes, através do incentivo ao desenho, teste e implementação de soluções empreendedoras a desenvolver em Portugal.

		Sexo	
		Masculino	Feminino
N.º de candidaturas	79	50	29
N.º de promotores envolvidos nos projetos desenvolvidos na plataforma	172	97	75

Fig. 17 – Participantes no VEM

Através do VEM, o(a) empreendedor(a) beneficiou de orientações na construção de um plano de negócios, através de uma plataforma digital, apoio na concretização do negócio (implementação em Portugal), apoio financeiro aos 20 melhores projetos e encaminhamento dos restantes para outras soluções de financiamento e monitorização dos negócios sob a forma de acompanhamento especializado em todas as fases da sua operacionalização.

O atendimento ao(à) empreendedor(a) disponibilizado pelo GAEM possibilita orientar o(a) cidadão(ã) migrante nas diversas fases de um negócio (planeamento, implementação e dissolução). Tendencialmente este apoio é presencial, sujeito a uma marcação prévia. Contudo, se necessário, este tipo de apoio pode contemplar deslocações.



Fig. 18 – Participantes no GAEM

		Sexo	
		Masculino	Feminino
N.º de atendimentos	136	–	–
N.º de clientes	95	45	50
N.º de projetos/negócios	87	–	–

Fig. 19 – Total de participantes do GAEM

Em 2015, e com início em maio, foi lançada a iniciativa Espaço POP-UP, realizada nas instalações do CNAI de Lisboa. Uma vez por mês, ao longo de uma semana, permite-se a divulgação dos produtos ou serviços criados, facilita-se o contacto com potenciais clientes e testam-se produtos ou serviços criados numa loja temporária.



Figs. 20 e 21 – Participantes na Loja POP-UP no CNAI de Lisboa

Durante a semana em que decorre a POP-UP, são promovidos *workshops* com assuntos de interesse aos(as) empreendedores(as). Em 2015, envolvendo 114 participantes, as temáticas destes *workshops* foram: (1) Marketing do artesanato e pequenos negócios; (2) Marketing nas redes sociais; (3) Direitos de propriedade Industrial – A marca registada®; (4) O meu tempo vale ouro; (5) Licenciamento comercial; e (6) Como divulgar o seu negócio a baixo custo.

10. Programa Mentores para Migrantes

A partilha de uma metodologia e a constituição de uma rede empenhada de parceiros(as) a nível nacional foi o que esteve na base do nascimento do Programa Mentores para Migrantes. Trata-se de uma lógica baseada na sustentabilidade, que utiliza recursos humanos voluntários e meios técnicos e financeiros já existentes nas entidades.

Desenhado para se constituir como uma medida simultaneamente de apoio ao acolhimento e integração de migrantes e de criação de espaços de interação e diálogo intercultural na sociedade. Este programa viu, em 2015, a sua ação ampliada em termos de alcance geográfico e de destinatários(as) (em número e diversidade de perfis). A rede de implementação do Programa Mentores para Migrantes é constituída, atualmente, por 56 entidades.

Programa Mentores para Migrantes (2015)	Total
Mentores	522
Mentorados	178
Mentorias (terminadas / em curso)	40
Participantes	80

Fig. 22 – Participantes no Programa Mentores para Migrantes

Face a este crescimento da rede, e em resposta às necessidades formativas identificadas pelas próprias entidades, foi produzido um *webtutorial* composto por quatro vídeos (disponíveis na plataforma informática e no canal do Youtube do ACM, I.P.), que visam explicitar, de forma sucinta, como implementar localmente o programa: divulgação e angariação: promover o trabalho em rede (vídeo 1); utilização da plataforma informática: inscrição e entrevistas individuais (vídeo 2); *workshops* para os(as) participantes: metodologia e enquadramento (vídeo 3); e utilização da plataforma informática: acompanhamento às mentorias (vídeo 4).

Face ao crescimento das necessidades de proteção internacional e sua recolocação, a sociedade portuguesa revelou uma grande abertura para o acolhimento e integração de refugiados(as). E, por isso, aquando do lançamento do Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia das Migrações, a inscrição de mentores no Programa mais do que duplicou. Este alargamento a novos(as) destinatários(as) e crescimento em termos de participação implicou um *upgrade* na plataforma informática, assim como a revisão e impressão de alguns dos materiais de apoio produzidos. No final do ano foram impressos 5.000 exemplares de cada um dos folhetos para mentores e mentorados.

Para além das visitas de acompanhamento local (56 visitas realizadas), e do sistemático trabalho de facilitação e acompanhamento, o alargamento progressivo de entidades exigiu que fossem sendo criados momentos formativos, num total de 5 *workshops* que envolveram 30 participantes. O culminar do trabalho conjunto em rede decorreu com a realização do seu Encontro Anual, realizado em novembro, numa parceria com a Câmara Municipal de Lisboa.

O Encontro Anual do Programa Mentores para Migrantes, no qual estiveram presentes 70 participantes, teve como objetivo fazer um balanço da experiência decorrida e formalizou o alargamento da estratégia com a assinatura de protocolos com entidades que trabalham com emigrantes portugueses no estrangeiro.



Fig. 23 – Encontro Anual do Programa Mentores para Migrantes

Respondendo a um repto das entidades, foi lançada uma iniciativa destinada a reconhecer o contributo dado pelos(as) voluntários(as). A distinção Mentor Campeão do Ano (cujo regulamento foi partilhado na rede) consistiu numa marca digital com a data da concessão (anual) conferida a atribuir por cada entidade.

Nesse dia, foi também lançada uma campanha de comunicação de larga escala com figuras públicas que se associaram ao Programa e à sua divulgação: Fernando Alvim (apresentador de TV/rádio), Conceição Queiroz (jornalista), Laurent Filipe (músico), Celina Pereira (música/contadora de histórias), Valter Carvalho (modelo), Márcia Santos (música), Charles Buchanan (economista/gestor), Mariana Duarte Silva (gestora), Frederico Lucas (empreendedor social). Convocando-nos a todos(as) e cada um(a) de nós a participar: “Vamos todos fazer a diferença!”.



Fig. 24 – Campanha do Programa Mentores para Migrantes

II. PPT – Programa Português para Todos

O Programa Português para Todos (PPT) tem por missão disponibilizar aos(às) cidadãos(ãs) imigrantes cursos de língua portuguesa para estrangeiros(as) que certificam ao nível A2 – Utilizador(a) Elementar, B2 – Utilizador(a) Independente do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas e de português técnico. Estes cursos encontram-se regulamentados pela Portaria 1262/2009, de 15 de outubro, e n.º 216-B/2012, de 18 de julho.



Fig. 25 – Logótipo do Programa Português para Todos

Os(as) formandos(as) que concluem com sucesso os cursos de língua portuguesa obtêm um certificado que releva para efeitos de acesso à nacionalidade, autorização de residência permanente e/ou estatuto de residente de longa duração. Os cursos de língua portuguesa de nível Intermédio, B1 e B2 – Utilizador(a) Independente, são destinados aos(às) imigrantes que já detêm conhecimentos básicos de língua portuguesa, mas que querem continuar a melhorar as competências em língua e cultura portuguesa, bem como aprofundar o seu nível de proficiência de modo a tornarem-se cidadãos(ãs) ativos(as) de plenos direitos e deveres. Os cursos de Português Técnico, nas áreas do comércio, hotelaria, cuidados de beleza, construção civil e engenharia civil são facilitadores da inserção dos(as) imigrantes no mercado de trabalho.

As ações de formação em língua portuguesa para estrangeiros(as) estão disponíveis de norte a sul do país, sendo promovidas pelos Centros de Formação Profissional do IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P., e pelas Escolas da rede pública tuteladas pela DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. No ano de 2015, estiveram envolvidos na operacionalização destas ações, oito Centros de Formação Profissional e 26 Escolas da rede pública.

O Programa PPT é gerido pelo ACM, I.P., enquanto Organismo Intermédio do POPH – Programa Operacional do Potencial Humano no âmbito do FSE/QREN – Fundo Social Europeu do Quadro de Referência Estratégica Nacional. Tendo sido o ano 2015 um ano de transição do QREN para o PT2020, não houve lugar à abertura e aprovação de candidaturas para a Tipologia de Operação 3.06 – Português para Todos, no âmbito do POISE.

No ano de 2015, a execução do Programa PPT foi determinada pela realização de ações de formação transitadas e também pelas ações que iniciaram no início do ano de 2015, de candidaturas aprovadas no ano 2014, no âmbito dos 7.º e 8.º concursos da Tipologia de Intervenção 6.6. e suas congéneres – Formação em Língua Portuguesa para Estrangeiros. Assim, no ano de 2015, foram realizadas 72 ações de formação, o que permitiu abranger 2.071 formandos(as).

Região	Nº de Ações de Formação	Nº de Formandos(as) Abrangidos(as)	Nº de Formandos(as) Certificados(as)
Norte	16	465	356
Centro	6	180	108
Alentejo	8	228	137
Lisboa	30	856	666
Algarve	12	342	274
Total	72	2.071	1.541

Fig. 26 – Execução do PPT

Relativamente à distribuição por género, verifica-se que dos(as) participantes certificados(as), 58% são do sexo masculino e 42% pertencem ao sexo feminino.

A oferta formativa maioritária é constituída pelas ações de língua portuguesa para os(as) estrangeiros(as) de nível A1 e A2 – Utilizador(a) Elementar. No total de 72 ações realizadas, apenas 11 se referem à oferta de cursos de língua portuguesa de nível intermédio, B1 e B2 – Utilizador(a) Independente, que abrangeram 304 formandos(as), dos(as) quais 191 foram certificados(as).

O Programa PPT realizou, em março de 2015, o seminário “Português para Todos – Avaliação de Resultados e Impactos: Desafios para o Futuro”. Este evento pretendeu, por um lado dar a conhecer as realizações, resultados e impactos desta política de promoção da integração de imigrantes através da aprendizagem da língua, e por outro a apresentação de uma Plataforma de Recursos Pedagógicos que sirva de apoio aos(as) professores(as)/formadores(as) que lecionam as ações de língua portuguesa para estrangeiros(as) com perfil linguístico-comunicativo de saída corresponde ao nível A2 – Utilizador(a) Elementar. É uma plataforma de *e-learning* desenvolvida em *software* Moodle para apoio ao ensino da língua portuguesa aos(as) estrangeiros(as) em sala de formação. Reúne um conjunto de recursos pedagógicos que potenciam a interatividade entre formandos(as) e formadores(as), nomeadamente textos, exercícios, áudios, vídeos e animações.

Durante o ano de 2015, o Programa PPT – Português para Todos levou a cabo várias ações de disseminação que envolveram a divulgação do Programa através de:

- Visitas ao CNAI de comitativas nacionais e internacionais nomeadamente entidades públicas e privadas;
- Apresentação do Programa PPT no programa *Etnias* na SIC;
- Distribuição de folhetos e cartazes junto de entidades públicas e privadas, bem como junto de comitativas internacionais que visitam o ACM, I.P.;
- Divulgação do Programa PPT em *sites* da União Europeia e em *sites* nacionais (escolas, entidades públicas, CLAIL, entre outros).

12. Apoio Técnico às Associações de Imigrantes

O Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI) desenvolve a sua ação centrado nas associações de imigrantes reconhecidas pelo ACM, I.P., assumindo as seguintes responsabilidades: (I) apoio no planeamento, implementação e avaliação das iniciativas das associações de imigrantes em prol dos direitos e interesses específicos de imigrantes e descendentes residentes em Portugal; (II) colaboração técnica, avaliação e acompanhamento dos apoios financeiros prestados pelo ACM, I.P., às iniciativas das associações de imigrantes; (III) promoção de ações de capacitação das associações de imigrantes através da formação dos(as) seus(suas) líderes e da construção de instrumentos de facilitação do desenvolvimento de iniciativas em prol do acolhimento e da integração de imigrantes e descendentes residentes em Portugal; (IV) Promoção do associativismo imigrante através da sensibilização dos(as) imigrantes e descendentes para a importância da sua participação em estruturas organizadas da sociedade civil, e das entidades públicas e privadas para a relevância do associativismo imigrante na integração de imigrantes e descendentes.

O apoio técnico caracteriza-se essencialmente pela consultoria prestada na instrução dos processos de candidaturas a apresentar ao próprio ACM, I.P., bem como na divulgação de outras potenciais fontes de financiamento para as associações de imigrantes, disseminação das atividades/projetos desenvolvidos pelas associações de imigrantes, através dos diferentes meios que o ACM, I.P., disponibiliza para o efeito, e na gestão da cedência de espaços para reuniões e encontros. O GATAI acompanha e participa nos projetos desenvolvidos no terreno, representando o ACM, I.P., em conferências, seminários, encontros culturais, reuniões de trabalho, atividades festivas e outros eventos promovidos pelas associações de imigrantes. Esta presença junto destas organizações justifica-se, sobretudo, pelo que isso significa ao nível do reconhecimento do trabalho de muitos(as) líderes associativos(as), pelo contributo que se espera dar ao movimento associativo e pelo diagnóstico que a realidade permite fazer.

Na sequência do trabalho de acompanhamento que o GATAI tem efetuado junto das associações de imigrantes, e na sequência da participação dos(as) técnicos(as) deste gabinete no *Bootcamp* de Empreendedorismo Social do IES – Social Business School, deu-se início, em 2015, ao Programa SIM- Sustentabilidade | Impacto | Mudança, em parceria próxima com o IES e com a Fundação Aga Khan. O Programa SIM visa a criação de oportunidades de formação em áreas fundamentais para o desenvolvimento do seu trabalho enquanto agentes de transformação social junto das comunidades imigrantes.



Figs. 27 e 28 – Bootcamp

A primeira ação do Programa SIM foi a realização, de 29 a 31 de maio, no Vimeiro, do *Bootcamp* em Empreendedorismo Social do IES, com as associações de imigrantes. Nesta ação, estiveram presentes 37 participantes de 25 organizações.



Figs. 29, 30 e 31 – Programa SIM

A segunda ação do Programa SIM prendeu-se com a realização de duas ações de formação e de sensibilização sobre a condução de diagnósticos participativos, realizados pela Fundação Aga Khan. Tiveram lugar nos dias 4 e 12 de dezembro no CNAI de Lisboa. Nestas ações estiveram presentes 50 participantes de 30 organizações. Este programa arrancará em 2016, com a duração de três anos, procurando qualificar as associações, robustecendo-as e promovendo a sua capacitação.

Foi estabelecido, ao abrigo da Lei n.º 115/99, de 3 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 75/2000, o Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante 2015, cuja estrutura assenta em três linhas prioritárias de intervenção, a que correspondem três vertentes de apoio: acolhimento e integração; valorização da diversidade; reconhecido mérito.

Com o objetivo de divulgar toda a informação sobre o processo de apresentação das candidaturas, foram realizadas duas sessões de apresentação do PAAI 2015: no dia 4 de fevereiro, das 18h às 20h, nas instalações do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI) de Lisboa e no dia 6 de fevereiro, das 17h30 às 19h30, nas instalações do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI) do Porto. Estiveram presentes 16 dirigentes/técnicos(as) de 12 associações, em Lisboa, e oito dirigentes/técnicos(as) de cinco associações no Porto. Das 22 candidaturas submetidas no primeiro anúncio do PAAI 2015, realizado em fevereiro de 2015, ficaram aprovados 11 projetos num montante global de 98.133,89€. No segundo anúncio do PAAI 2015, realizado em maio de 2015, foram submetidas 16 candidaturas e ficaram aprovados seis projetos num montante global de 51.333,74€, perfazendo um total de 149.467,63€. Todos os projetos estiveram em execução até 31 de março de 2016.

As visitas de acompanhamento realizadas às associações de imigrantes têm sido fundamentais para, por um lado, avaliar no terreno a execução dos protocolos e o impacto do apoio financeiro atribuído, e, por outro, aprofundar o conhecimento do trabalho associativo, a sua relevância junto das comunidades e os principais constrangimentos. Em 2015, foram realizadas 17 visitas de acompanhamento pelo GATAI, no âmbito do PAAI 2015, e 11 visitas de

acompanhamento operacional, no âmbito do FEINPT. Foram também realizadas 11 visitas de representação do ACM, I.P./GATAI, junto de organizações ligadas à temática dos imigrantes.

No Conselho para as Migrações, de maio de 2015, foram reconhecidas duas novas associações de imigrantes e descendentes: a Mundo Feliz – Associação de imigrantes e a Bué Fixe – Associação de jovens. Contabiliza-se, até à data, um total de 136 associações de imigrantes, cuja representatividade foi reconhecida pelo ACM, I.P.. Destas, cerca de 100 estão atualmente ativas e desenvolvem o seu trabalho em áreas tão diversificadas como o apoio escolar para crianças e jovens, as atividades de tempos livres, os eventos culturais, recreativos e desportivos, os gabinetes de apoio jurídico, social e psicológico, as aulas de língua e cultura portuguesas e de outros países, as iniciativas de sensibilização e informação dirigidas às comunidades imigrantes e à sociedade portuguesa, as ações de intervenção política, no âmbito das questões da imigração e da luta contra a discriminação e também os projetos de desenvolvimento nos países de origem.



Figs. 32 e 33 – Visitas de reconhecimento a associações

Em termos de localização geográfica, Lisboa mantém-se como o concelho com maior número de associações de imigrantes reconhecidas e ativas (27), seguido do Porto (11), Amadora (9) e Sintra (8). Quanto às comunidades representadas por cada uma das associações, mantém-se como tendência crescente as associações que representam múltiplas comunidades (30 – alínea d). As comunidades cabo-verdiana e guineense ocupam o segundo e terceiro lugares (23 e 16 respetivamente).

13. Educação, Formação, Mediação Intercultural e Diálogo Inter-religioso

No âmbito da promoção da interculturalidade na sociedade portuguesa, ou seja, de valorização da diversidade cultural e religiosa e da promoção do conhecimento mútuo e da interação positiva entre todos(as) os(as) cidadãos(ãs) e grupos residentes em território nacional, várias foram as atividades e as linhas de atuação desenvolvidas no ano de 2015.

Ultrapassando-se algumas dificuldades administrativas dos últimos anos, procedeu-se à reativação da atividade formativa do ACM, I.P., através da dinamização, por uma bolsa de formadores(as) especializados(as), de ações de sensibilização de curta duração (4 a 6 horas), nas matérias da interculturalidade e migrações. A Bolsa de Formadores constitui, desde 2006, um recurso disponível a todas as entidades que pretendam desenvolver, a nível nacional, ações de formação na área da interculturalidade. O retomar e reforçar do projeto surge como resposta à necessidade de informação e promoção da interculturalidade junto dos projetos e instituições no terreno, bem como à diversificação das entidades que manifestam interesse nestes domínios.

Assim, ainda no primeiro trimestre de 2015, foi realizada uma reunião com todos(as) os(as) formadores(as) da bolsa, com o intuito de retomar a colaboração, bem como organizar o novo modelo de formação e planear a nova etapa do projeto. Em junho, iniciaram-se as primeiras ações e desde então foram realizadas 36 ações, envolvendo 10 entidades (entre os quais, o Instituto da Segurança Social, Agrupamentos de Escolas, Municípios e o Instituto do Emprego e Formação Profissional), num total de 169 horas, que abrangeram 845 participantes.

Módulo	Nº de Ações	Nº de Participantes
Diálogo Intercultural	26	657
Educação Intercultural	4	95
Diálogo Inter-religioso	2	35
Portugueses Ciganos: Cidadania e Interculturalidade	2	27
Lei da Imigração	1	16
Acolhimento e Serviços	1	15
Total	36	845

Fig. 34 – Ações de formação desenvolvidas pela Bolsa de Formadores

Ainda no âmbito da promoção da Interculturalidade, foi preparado e estabelecido com a PSP um protocolo que visa a formação de cerca de 1.000 agentes do policiamento de proximidade nas áreas da integração e da gestão da diversidade cultural, e a formação de colaboradores(as) e técnicos(as) dos projetos do ACM, I.P., em matérias de domínio da PSP, intervenção essa a iniciar-se apenas no ano de 2016.

Neste mesmo âmbito de aprofundamento da interculturalidade, o ACM, I.P., continuou a apostar no eixo estratégico da Educação. Neste eixo, deu-se seguimento à iniciativa Selo Escola Intercultural, que visa distinguir as Escolas que se destacam na promoção de projetos com vista ao reconhecimento e à valorização da diversidade como uma oportunidade e fonte de aprendizagem para todos(as), uma iniciativa conjunta da Direção-Geral da Educação do Ministério da Educação (DGE-ME) e do Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.), com a colaboração da Fundação Aga Khan.

A 3ª edição desta iniciativa (2014/2015) contou com uma atualização do seu modelo, procurando o reconhecimento de um número superior de escolas em cada edição anual, através, designadamente, da atribuição do Selo por níveis de classificação. Assim, à 3ª edição concorreram 36 escolas/agrupamentos de escolas que, atendendo à qualidade das mesmas, obtiveram as seguintes classificações:

Nível I	Iniciação	16 escolas/agrupamentos de escolas
Nível II	Intermédio	8 escolas/agrupamentos de escolas
Nível III	Avançado	0 escolas/agrupamentos de escolas
Sem atribuição do SEI	–	12 escolas/agrupamentos de escolas

Fig. 35 – Níveis de classificação do Selo de Escola Intercultural

A Educação Intercultural, como resposta ao desafio de providenciar uma educação de qualidade para todos(as), diz respeito ao ambiente de aprendizagem no seu todo, tal como a outras dimensões do processo educativo, como sejam a organização e a gestão da escola, os currículos, as metodologias de ensino, os materiais pedagógicos-didáticos e a formação dos(as) docentes.

Dado este enfoque, e no seguimento e aprofundamento do acompanhamento das escolas participantes na iniciativa Selo Escola Intercultural, iniciou-se a preparação e lançamento de uma Rede de Escolas para a Educação Intercultural, um programa nacional que incluirá o Selo e que será promovido pelos três parceiros promotores do mesmo. Durante o ano de 2015, tiveram lugar encontros de trabalho para a preparação desta iniciativa, cujo arranque está previsto para 2016.

Dando continuidade à sua participação na Rede SIRIUS – European Policy Network on the Education of Children and Young People with a Migrant Background, o ACM, I.P., juntou-se às restantes entidades para a reunião geral, onde se partilharam práticas e projetos no âmbito da educação de migrantes, bem como se discutiram novos moldes de gestão e organização da rede.

No ano de 2015, deu-se igualmente seguimento à disponibilização aos profissionais da educação e às comunidades educativas de informação, de recursos no âmbito das migrações, e, em particular, da temática da educação intercultural. Procedeu-se à divulgação e à disponibilização *online* e em formato papel, dos recursos que constituem o *Kit* Escola Intercultural, *Kit* este que visa disponibilizar às escolas, aos profissionais do setor da educação, a pais e encarregados de educação, e a crianças e jovens, um conjunto de materiais em torno da temática da interculturalidade, materiais que foram sendo concebidos e divulgados pelo Entreculturas, no âmbito do Alto Comissariado e em estreita colaboração com outros parceiros.

Na conceção de recursos para a interculturalidade, deu-se início, em 2015, à conceção e construção de um Diploma de Competências Interculturais (DCI), uma ferramenta interativa, acessível através da *internet* para um público-alvo jovem (13 a 18 anos), permitindo o seu contacto com diversas questões associadas às competências necessárias para a sua literacia intercultural. Este é um projeto ainda em fase de desenvolvimento, que se pretende ver concluído no decorrer de 2016.

Outro eixo estratégico aprofundado em 2015 foi a promoção da interculturalidade no seio das empresas. Em resposta ao apelo da Comissão Europeia para a implementação em cada país da UE de uma Carta da Diversidade, o GRACE (Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial) deu origem a um grupo de trabalho, subordinado ao tema da Diversidade, o qual contou com o envolvimento do ACM, I.P., INR, I.P. (Instituto Nacional para a Reabilitação) e Fundação Aga Khan. Aderiram a esta iniciativa, diversas empresas (29) e, posteriormente, outras entidades públicas, nomeadamente a CIG (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género), a CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego), o IAPMEI (IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.), o IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional) e o INA (Instituto Nacional de Administração).

No eixo Mediação Intercultural deu-se continuidade ao acompanhamento às candidaturas do FEINPT – constituição de Equipas Municipais de Mediação Intercultural. As candidaturas aprovadas foram promovidas pelas Câmaras Municipais da Amadora, Cascais, Castelo Branco, Loures, Setúbal e Sintra e implementadas por 26 mediadores(as) interculturais, selecionados(as) e colocados(as) pelos municípios e por entidades da sociedade civil, associações de imigrantes e outros organismos com experiência de trabalho com cidadãos(ãs) nacionais de países terceiros.

Indicador	Programado (por equipa)	Realizado (total das equipas)	Grau de realização
N.º de Agentes de mediação Intercultural	3	26	144%
N.º de entidades parceiras (incluindo a entidade beneficiária)	2	14	117%
N.º de profissionais comprometidos(as)	15	148	164%
N.º de instituições comprometidas com o desenvolvimento do projeto	8	70	146%
N.º de cidadãos(ãs) nacionais de países terceiros apoiados(as)	100	1041	174%
N.º de atividades de promoção da participação social e cidadã dinamizadas pelos protagonistas	4	68	283%
N.º de atividades de promoção de convivência intercultural	4	32	133%
N.º de redes de trabalho integradas/criadas	7	4	114%

Fig. 36 – Dados de execução: Equipas Municipais de Mediação Intercultural

O ACM, I.P., teve igualmente a oportunidade de participar no Projeto ArleKin–Formação em Mediação para a Inclusão Social através da Mobilidade Europeia, liderado pelo CNAM (Lorraine e Paris, França) e com os seguintes parceiros europeus: Associação CRESM (Sicília, Itália), Associação EGREGOROS (Bruxelas, Bélgica), Universidade de Sevilha (Espanha) e Universidade do Minho (Braga, Portugal).

Ainda no âmbito da Mediação Intercultural, e dando continuidade à intervenção iniciada nos anos anteriores, a RESMI – Rede de Ensino Superior para a Mediação Intercultural constituiu-se formalmente em 2015, a 21 de maio, através da assinatura de uma carta de compromisso entre o Alto Comissariado para as Migrações, I.P., e 24 entidades de Ensino Superior (Universitário e Politécnico). Ao longo do ano e após a referida formalização, foram ainda integradas mais duas instituições na Rede.

Por ocasião da cerimónia de formalização da Rede, realizaram-se as I jornadas RESMI Entre iguais e diferentes: a mediação intercultural, no Centro Ismaili em Lisboa, com a participação de cerca de 200 pessoas, organizadas em torno dos painéis temáticos da Educação, Saúde e Território. No final de 2015, iniciou-se a preparação da edição, em formato digital, das atas das Jornadas.

No campo da promoção da interculturalidade através do aprofundamento do diálogo inter-religioso, o ano de 2015, constituiu-se como um ano de reinvestimento e forte incremento da atividade procurando, sobretudo, apostar na visibilidade social da diversidade religiosa da sociedade portuguesa, num trabalho conjunto entre as autoridades portuguesas e os líderes e representantes das várias comunidades religiosas.

Assim, o ano iniciou-se com uma reunião de mútuo conhecimento e partilha de perspetivas entre a Tutela e os líderes das principais comunidades religiosas, e ao longo de 2015, constituiu-se o grupo de trabalho para o diálogo inter-religioso, que se juntou diversas vezes para a organização das atividades realizadas, bem como para definir o formato e a futura intervenção conjunta.

Nos dias 23 e 24 de maio de 2015, realizou-se na Alameda Dom Afonso Henriques, em Lisboa, o ACM Fora de Portas – Diálogo Inter-religioso, com o intuito de dar visibilidade ao fenómeno religioso como espaço de vivência de cidadania, paz, tolerância e entendimento mútuo e de dar a conhecer todas as comunidades religiosas, mais ou menos expressivas na sociedade portuguesa.



Figs. 37 e 38 – ACM Fora de Portas

Este evento contou com a colaboração da Câmara Municipal de Lisboa e Juntas de Freguesia de Arroios e Areeiro, e proporcionou à cidade de Lisboa momentos musicais, tertúlias, *workshops*, espaço de oração, um conjunto diversificado de atividades preparadas e dinamizadas pelas várias comunidades religiosas envolvidas. Marcaram presença no ACM Fora de Portas nove comunidades religiosas: a Aliança Evangélica Portuguesa; a Associação Internacional Buddhas Light de Lisboa; a Comunidade Bahá'í de Portugal; a Comunidade Islâmica de Lisboa; a Comunidade Hindu de Portugal; a Igreja Católica Apostólica Romana (Patriarcado de Lisboa); a Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (Comunhão Anglicana); a Comunidade Sikh de Portugal; e a União Budista Portuguesa. Nos dois dias, estiveram presentes cerca de 1.000 participantes.

Ainda no âmbito da promoção do Diálogo Inter-religioso, o ACM, I.P., juntou-se uma vez mais à Paulinas Editora na preparação e divulgação do Calendário – Celebração do Tempo, este ano com uma compilação de textos de pensadores da Utopia ao longo dos tempos, bem como um conjunto de pensamentos do padre António Vieira. Seguindo o seu formato habitual, este calendário informa das principais datas festivas e efemérides de cada uma das maiores tradições religiosas – Budismo, Cristianismo (Anglicanos, Católicos, Evangélicos e Ortodoxos), Hinduísmo, Islamismo, Judaísmo, e Fé Bahá'í, e oferece um conjunto de sugestões e pistas para explorar e promover o diálogo e a educação inter-religiosa.

A Cerimónia de apresentação do calendário – Celebração do tempo 2016, teve lugar no dia 18 de novembro no Centro Cultural da Malaposta, em Odivelas, e contou com as intervenções do Alto-comissário para as Migrações, Pedro Calado, do responsável pela redação/revisão da Editora Paulinas, Rui Oliveira, do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, e do Diretor do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa, José Eduardo Franco, responsável pela organização dos textos da presente edição. Contou ainda com a presença de representantes das várias comunidades religiosas e dos municípios, entre outros convidados.



Figs. 39 e 40 – Lançamento do Calendário Inter-religioso 2016

O ACM, I.P., participou ainda, em co-formação, na ação sobre Mutilação Genital Feminina, promovida pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e Comissão Nacional para a Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), realizada em Lisboa, no auditório do Instituto Nacional para a Reabilitação, ministrando o módulo I “Visão Antropológica da Mutilação Genital Feminina”.

14. Políticas Locais

Reconhecendo-se que a integração se faz a nível local, Portugal tem sido exemplo de concretização dos objetivos previstos na Agenda Comum para a Integração de Nacionais de Países Terceiros que recomenda, precisamente, que os Estados-Membros promovam políticas de integração ao nível local, melhorem a cooperação entre os diferentes níveis de governança (nacional, regional e local) e potenciem a monitorização dos serviços e políticas desenvolvidas nesses diferentes níveis, sinalizando boas práticas.

Neste sentido, o ano de 2015 ficou marcado pela consolidação de políticas locais mais integradoras, mais coesas e mais sustentáveis, através do desafio que o ACM, I.P., lançou a todas os municípios do país, através da abertura de candidaturas, com o cofinanciamento do FEINPT, para a conceção de Planos Municipais para a Integração dos Imigrantes (PMII).

Em 2015, o Gabinete de Apoio às Políticas Locais (GAPL) acompanhou o processo de conceção de 19 planos, envolvendo 21 Municípios de Portugal, nomeadamente: Alcanena, Amadora, Braga, Cascais, Figueira da Foz, Lisboa, Loulé, Loures, Lousã, Montijo, Odemira, Oeiras, Portimão, São Brás de Alportel, Seixal, Sintra, Torres Vedras/Óbidos/Lourinhã (plano intermunicipal), Viana do Castelo e Vila Nova de Gaia.

A 5 e 6 de março, realizou-se, em Sintra, o 2.º Encontro de Autarquias, protagonizado pelas Câmaras Municipais e demais entidades parceiras, permitindo, através dos seus testemunhos, a partilha, entre pares, dos processos, metodologias e instrumentos em torno da conceção dos planos municipais, promovendo assim a troca de experiências com potencial de aprendizagem, bem como a identificação de eventuais bloqueios e formas de os contornar neste projeto pioneiro em Portugal.

A fase de conceção dos planos, que terminou a 30 de junho de 2015, contou com a participação efetiva de 587 entidades públicas e privadas e de 1.474 cidadãos(ãs) imigrantes em todas as fases do processo, encontrando-se agora os planos em fase de implementação até ao final de 2017.

Assumindo-se o diagnóstico das políticas de acolhimento e integração como fundamental para a construção de políticas mais sustentáveis, o ACM, I.P., concebeu uma ferramenta de diagnóstico e monitorização das políticas de acolhimento e integração: o *Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD)*.

Com esta ferramenta pretendeu o ACM, I.P., facultar às instituições locais (públicas e da sociedade civil), com intervenção ao nível da integração dos(as) imigrantes, um retrato da realidade local que lhes permitisse aferir, com acuidade, o universo de políticas locais relevantes nesta matéria, a efetividade dessas políticas em termos de resposta às necessidades e a identificação de boas práticas desenvolvidas noutros contextos e com potencial para serem replicadas.

Numa primeira fase, financiado pelo Programa Operacional de Assistência Técnica – FSE (POAT), o IMAD foi aplicado, entre outubro de 2014 a janeiro de 2015, a um universo de 39 municípios pertencentes à Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (RMAD).

A RMAD, criada em 2014, da qual fazem parte 95 municípios, constitui-se como uma rede pioneira disponível para conceber, implementar e avaliar políticas locais estruturantes, tendo em vista Planos Municipais transversais ao processo multivetorial de acolhimento e integração dos(as) imigrantes ao nível local.



Fig. 41 – Sessão Pública de apresentação dos resultados do IMAD

Os resultados globais decorrentes da aplicação do IMAD em 39 municípios de Portugal foram apresentados numa Sessão Pública que decorreu no dia 30 de junho de 2015, no Centro Cultural de Cascais. A sessão visou também a apresentação de um conjunto de ferramentas, tendo em vista a sustentabilidade das políticas a nível local, o que foi feito através de testemunhos dos próprios municípios envolvidos, e dando origem às seguintes publicações:



Figs. 42 a 45 – Ferramentas de apoio ao desenvolvimento de políticas locais

Da aplicação do IMAD resultou ainda o mapeamento de um conjunto de Práticas Inspiradoras, sinalizadas por parte das entidades, que constam agora de uma Base de Dados disponível no portal do ACM, I.P., (<http://www.acm.gov.pt/praticas-inspiradoras-pesquisa>). Estes recursos apresentam-se como exemplos de práticas bem-sucedidas, com potencial de disseminação noutros territórios, e dão visibilidade ao que de melhor se faz na área das migrações a nível local em Portugal.

Com o objetivo de reforçar os recursos de apoio à construção de políticas locais sustentáveis, o ACM, I.P., através do cofinanciamento do FEINPT, apoiou ainda projetos na área da Capacitação dos Serviços de Apoio, Acolhimento e Integração dos Imigrantes, que foram executados durante 2015. Com esta ação pretendeu-se promover a capacitação dos serviços de apoio, acolhimento e integração dos(as) nacionais de países terceiros, através da qualificação e formação dos(as) respetivos(as) técnicos(as) em áreas relacionadas com o acolhimento, a integração e gestão da diversidade, tendo em vista uma resposta mais integrada e eficaz.



Fig. 46 – Edição da Família do Lado

A 22 de novembro de 2015, teve lugar a 4.ª edição da iniciativa Família do Lado. Através dela, uma família aceitou acolher em sua casa uma ou mais famílias que não se conheciam constituindo-se pares de famílias – imigrantes e autóctones (ou vice-versa) – para a realização de um almoço-convívio, típico da cultura da família anfitriã, como forma de acolhimento do “Outro”.

O ACM, I.P., contou, para a concretização da Família do Lado, com a colaboração de 73 projetos do Programa Escolhas, 11 Câmaras Municipais, oito entidades da sociedade civil e três delegações da PSP, tendo sido dinamizados encontros em 41 concelhos do país.

No total, realizaram-se 12 almoços, onde participaram 855 pessoas (423 imigrantes e 432 autóctones) e 141 voluntários que atuaram como facilitadores, estabelecendo pontes entre culturas. Nesta celebração da diversidade, as famílias congregaram à volta da mesa 35 nacionalidades diferentes.

A iniciativa criada em 2004 pela ONG SLOVO 21, na República Checa, assenta no conceito de Bairros Inclusivos e ocorreu, no mesmo dia e à mesma hora, em mais 2 países europeus e 1 africano – Espanha (207 encontros), República Checa (53 encontros) e Cabo Verde (5 encontros), registando-se no total 390 encontros e 804 famílias participantes.

15. Conselho para as Migrações

O Conselho para as Migrações é o órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação do ACM, I.P., e nas tomadas de decisão do conselho diretivo, assegurando a participação e colaboração de entidades públicas e privadas na definição e execução das políticas migratórias.

Com uma dinâmica e funcionamento próprios, este órgão tem importantes competências a nível político. Desde logo, cabe-lhe pronunciar-se sobre os projetos de diplomas relevantes para os direitos dos(as) migrantes e sobre questões relativas às políticas públicas, transversais e setoriais, relevantes, para a inclusão social, direitos de cidadania e captação e integração dos(as) migrantes. A participação na definição das medidas e ações das políticas migratórias, formulando propostas com vista à sua promoção, constitui outra das responsabilidades deste órgão. Este órgão deverá também pronunciar-se sobre quaisquer obstáculos detetados a uma resposta célere e eficaz por parte da Administração Pública aos problemas de integração dos(as) migrantes e ainda sobre as questões que lhe sejam colocadas pelo Alto-comissário, bem como aprovar o respetivo regulamento interno e exercer quaisquer outras competências que lhe sejam atribuídas por lei.

Com uma composição muito diversificada, nele encontram-se representantes de nove comunidades de imigrantes (Angolana, Brasileira, Guineense, Cabo-verdeana, Moçambicana, Santomense, Ucrainiana, Moldava, Chinesa) e um representante de associações não filiadas nas comunidades com assento no Conselho.

Representadas no Conselho estão também várias instituições com relevante interesse para as migrações: três Instituições com ação ou interesse na área das migrações; Direção-Geral das Artes; Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas; Direção-Geral de Política Externa; o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; Forças de Segurança; Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; Direção-Geral das Atividades Económicas; Instituto do Turismo de Portugal, I.P.; Direção-Geral da Saúde; Direção-Geral de Educação; Direção-Geral do Ensino Superior; o Instituto do Emprego e Formação Profissional; Autoridade para as Condições do Trabalho; Instituto de Segurança Social, I.P.; Governo Regional dos Açores; o Governo Regional da Madeira; duas Associações Patronais; duas Centrais Sindicais; Associação Nacional de Municípios Portugueses; Conselho das Comunidades Portuguesas e dois Cidadãos de reconhecido mérito.

Durante o ano de 2015, o Conselho para as Migrações reuniu duas vezes, a primeira no dia 5 de maio e a segunda no dia 15 de outubro. Nas referidas reuniões foram analisados e tratados, entre outros, os seguintes temas:

- A apresentação e discussão da Proposta de Lei nº 288/XII que “procede à terceira alteração à Lei 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional”, pelo então Secretário de Estado da Administração Interna;
- Análise e debate de questões migratórias da atualidade, pelo então Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional;
- Tomada de Posse de Conselheiros designados ou eleitos para o mandato 2014-2017;
- Apresentação, discussão e aprovação do regulamento interno do Conselho para as Migrações;
- Apresentação e constituição das secções especializadas;
- Apresentação e discussão do Plano Estratégico para as Migrações;
- Apresentação e discussão de uma proposta de alteração à Lei contra a Discriminação Racial;
- Apreciação das candidaturas apresentadas pelas Associações de Imigrantes no âmbito do PAAI 2015;
- Deliberação sobre a representatividade de duas Associações de Imigrantes: a Associação Mundo Feliz e a Associação Bué Fixe;
- Apresentação da Estratégia do Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações e a Plataforma de Apoio aos Refugiados.

16. Planos e Conselhos com os quais o ACM, I.P., colaborou

Em 2015 o ACM, I.P., colaborou na execução dos seguintes Planos e Estratégias: III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (2014-2017); II Estratégia Nacional para a Deficiência (2015-2020); Plano Nacional de Formação Financeira (2011-2015); V Plano Nacional e I Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017); III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da MGF (2014-2017); V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação (2014-2017); Campanha Nacional Contra o Trabalho não Declarado (2014-2015); Plataforma Laboral contra a Sida; e Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Plano Nacional de Saúde (2012-2016).

17. Integração das Comunidades Ciganas

17.1. Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC)

Aprovada a 27 de março de 2013 em Conselho de Ministros, a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas surge na sequência da comunicação da Comissão Europeia COM(2011)173, de 5 de abril, que convida os estados membros a desenhar estratégias nacionais ou planos integrados de medidas com vista à melhoria da situação das comunidades ciganas.

Coordenada nacionalmente pelo ACM, I.P., a Estratégia Nacional resulta dos contributos dos vários Ministérios, Municípios, peritos, organizações da sociedade civil, associações e representantes das comunidades ciganas, sendo composta por um Eixo Transversal e pelos Eixos da Educação, Habitação, Saúde, Emprego e Formação.

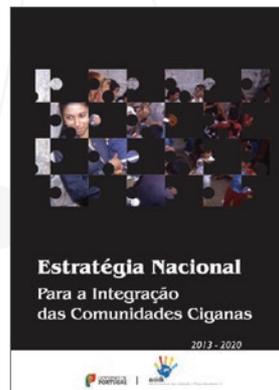


Fig. 47 – A ENICC foi aprovada na RCM Nº 25/2013, de 27 de março

Em 2015, realizaram-se ao abrigo da ENICC, no conjunto das várias prioridades que a compõem, mais de 500 ações. Estas ações foram não só realizadas diretamente pelos vários pontos focais da Estratégia, mas também por um conjunto alargado de outras organizações parceiras, nomeadamente da sociedade civil, apoiadas ao abrigo de linhas de financiamento ou parcerias existentes.

Neste domínio, o Fundo de Apoio à Estratégia Nacional (FAPE), lançado pelo ACM, I.P., em janeiro de 2015, destacou-se como ferramenta de dinamização e envolvimento das organizações da sociedade civil, nomeadamente de associações ciganas, representando as atividades desenvolvidas pelos 11 projetos FAPE aprovados cerca de 1/5 do total de atividades realizadas no âmbito da ENICC neste ano.

Para além da implementação do plano de atividades do primeiro ano do Observatório das Comunidades Ciganas (Prioridade 2) e da implementação da 1.ª edição do FAPE (Prioridade 5), o ano de 2015, foi marcado ainda por um conjunto relevante de atividades que importa destacar.

No âmbito da Prioridade 3 *Promover o combate à discriminação e sensibilização da opinião pública*, foram desenvolvidas várias campanhas de sensibilização das quais se destacam um programa de rádio semanal do Projeto “Sim! Sensibilizar, Incluir, Mobilizar”, promovido pela Associação Beira Serra, e a campanha “Corta o preconceito”, desenvolvida pelo Projeto “Sim!” da Associação Lifeshaker, ambos financiados pelo FAPE para a sensibilização e combate à discriminação e preconceito.

Enquadradas pela Prioridade 5, foram realizadas várias ações de capacitação e formação nas áreas do associativismo e gestão de projetos, reforçadas pelo conjunto de apoios atribuídos, a organizações da sociedade civil,

nomeadamente associações ciganas como a Associação Letras Nómadas, a Associação de Mulheres Ciganas de Portugal e a Associação Social Recreativa e Cultural Cigana de Coimbra.

Ao nível da Prioridade 7 *Valorização da história e cultura ciganas* verificou-se a implementação de um volume considerável de ações para públicos diversificados onde foram abordadas estas temáticas. Estas ações assumem particular importância pelo facto de, em 2015, terem permitido a formação de técnicos(as) do IEFP das várias delegações regionais (Prioridade 30), tendo sido iniciadas também para os(as) técnicos(as) dos centros distritais da Segurança Social (Prioridade 16), por forma a sensibilizar/capacitar os(as) profissionais e promover práticas dos serviços públicos mais ajustadas à diversidade cultural.



Fig. 48 – Ação de formação para técnicos do IEFP, em Coimbra (março)

Ainda no Eixo Transversal, no âmbito da Prioridade 15, foram sinalizadas pelo Instituto de Segurança Social, 185 ações desenvolvidas pelos Centros Locais de Ação Social com as comunidades ciganas de todo o país.

Ao nível do Eixo do Emprego e Formação, registaram-se avanços significativos no ano de 2015. Neste ano, foram sinalizados nos serviços 2485 candidatos(as) das comunidades ciganas, os quais resultaram em 4226 intervenções e 2081 encaminhamentos para programas e medidas de emprego e formação. Verifica-se ainda os seguintes resultados atingidos pela ENICC neste domínio:

- Integração de 1037 candidatos(as) em medidas de formação (985) e em medidas de emprego (52);
- Colocação de 2 candidatos(as) em Estágios Emprego e integração de 15 jovens na medida Emprego jovem Ativo, no âmbito da medida Garantia Jovem;
- Contratualização de 308 novos Planos Pessoais de Emprego com desempregados(as);
- Colocação de 17 pessoas em ofertas de emprego;
- Integração de 34 pessoas em Contrato Emprego-Inserção e Contrato Emprego-Inserção+;
- Integração de 985 candidatos(as) em formação profissional e vida ativa;
- Realização de sessões individuais de orientação para 362 pessoas e de sessões coletivas de orientação para 193 pessoas.

No Eixo da Saúde (Prioridades 37 e 38) e no âmbito do trabalho desenvolvido pelas várias Administrações Regionais de Saúde, nomeadamente dos Agrupamentos de Centros de Saúde e Unidades de Saúde Pública, foram realizadas até ao momento 76 ações, no âmbito da ENICC, em todo o país e utilizando meios e materiais adaptados a estas comunidades, exclusivamente dirigidas às comunidades ciganas ou nas quais as comunidades ciganas fazem parte dos públicos abrangidos



Fig. 49 – Campanha Latchin Sastipen (“Boa Saúde”), Associação Letras Nómadas

No âmbito da Prioridade 38 *Contribuir para ganhos em saúde das comunidades ciganas*, apostando na prevenção, em 2015, foram ainda desenvolvidas 153 ações de informação/sensibilização sobre maternidade precoce, acompanhamento pediátrico, hábitos saudáveis de alimentação, com a colaboração dos serviços e organizações da sociedade civil que trabalham nesta área.

17.2. Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas

Criado a 24 de junho de 2013, no âmbito da Prioridade 1 da Estratégia Nacional para Integração das Comunidades Ciganas (*Criar um Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas*), o Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG), é composto por representantes de sete Ministérios, dos Governos Regionais da Madeira e Açores, dos Municípios e Freguesias, de organizações da sociedade civil e associações ciganas, de instituições de ensino superior ou investigação e cidadãos(ãs) de reconhecido mérito.

O CONCIG tem como principais objetivos a apreciação da situação das comunidades ciganas em Portugal, de uma forma geral, e do progresso da implementação da ENICC, produzindo recomendações ao conjunto dos parceiros responsáveis pela execução das várias medidas previstas – Pontos Focais.

O Grupo Consultivo apresenta-se assim como uma plataforma abrangente e multisetorial para discussão da situação e integração das comunidades ciganas em Portugal e da implementação da Estratégia Nacional, envolvendo todos os setores da sociedade e todas as áreas de atuação, particularmente relevantes para a integração das comunidades ciganas.



Fig. 50 – 7ª Reunião do CONCIG, Lisboa, 10 de novembro

Até ao momento já se realizaram 7 reuniões do CONCIG, tendo sido realizadas 2 reuniões em 2015 – 24 de junho de 2015 e 10 de novembro de 2015. Na 6.ª reunião do CONCIG, que se realizou por ocasião do Dia Nacional do Cigano, a 24 de junho de 2015, foram apresentadas as principais ações realizadas ao abrigo da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas no 2.º semestre de 2014 e 1.º semestre de 2015; a lista dos 11 projetos financiados pelo Fundo de Apoio à Estratégia Nacional (FAPE) 2015; a composição do Conselho Científico do Observatório das Comunidades Ciganas; o balanço das ações de formação sobre história e cultura ciganas para cerca de 89 técnicos(as) do IEFP, e ainda o balanço geral de implementação da ENICC no período 2013-2014. Para a 7.ª reunião do CONCIG, em novembro de 2015, foi convidado o Coordenador do ObCig para que apresentasse a atividade do Observatório desde a sua criação, em dezembro de 2014, bem como as linhas gerais das principais atividades a implementar até ao final do ano de 2015.

Por outro lado, foram ainda convidados representantes de dois projetos financiados pelo FAPE, o Projeto “Sim!” da Associação Lifeshaker, e o Projeto “Ciga” da Associação Terras Dentro, que apresentaram as linhas gerais de cada projeto e as principais atividades implementadas. Neste âmbito, foi ainda apresentado um primeiro balanço dos resultados alcançados no conjunto dos 11 projetos apoiados pelo ACM, I.P., no quadro do FAPE.



Fig. 51 – Apresentação dos Projetos FAPE 2015, 10 de novembro

Para além da preparação do mandato para o novo triénio do CONCIG, foram ainda apresentadas nesta reunião, as principais linhas de apoio para o ano 2016 nomeadamente, a segunda edição do Fundo de Apoio à Estratégia Nacional e os dois programas a lançar pelo ACM, I.P., no âmbito do Programa Operacional para a Inclusão Social e Emprego (POISE- FSE) – o Programa de Integração Socioprofissional das Comunidades Ciganas e o Programa para a Mediação Intercultural Comunitária. Tendo terminado o mandato dos conselheiros para o triénio 2013-2015, já se encontra a decorrer o período para indicação dos conselheiros para o novo triénio 2016-2018.

17.3. Projeto Mediadores Municipais

Em 2009, o Alto Comissariado para as Migrações, considerando a experiência positiva nos últimos anos da atuação dos(as) mediadores(as) ciganos(as) em contextos interculturais, lançou, com o financiamento inicial do Instituto de Segurança Social, I.P., e, posteriormente, do Programa Operacional Potencial Humano – FSE, o Projeto Mediadores Municipais por forma a, em parceria com os municípios e organizações da sociedade civil, facilitar o acesso das comunidades ciganas aos equipamentos e serviços públicos, através da formação e colocação de mediadores(as) ciganos(as) nos serviços municipais.

Coordenado nacionalmente pelo ACM, I.P., o Projeto foi definido localmente pelos municípios, organizações da sociedade civil parceiras e comunidades ciganas através do desenho de um plano local de intervenção. Assim, a 30 de junho de 2015, terminou a II fase do projeto e que se tinha iniciado, em outubro de 2011, com 6 municípios. A primeira fase do Projeto iniciou-se, em 2009, com 15 municípios e terminou em setembro de 2013.

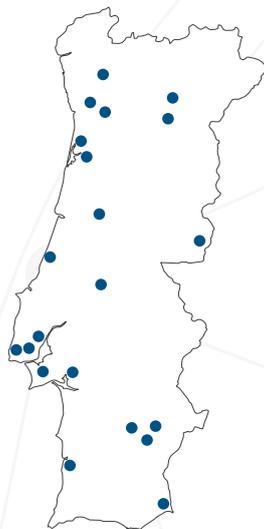


Fig. 52 – Distribuição dos 21 municípios abrangidos pelo Projeto de 2009 a 2015

A implementação do Projeto Mediadores Municipais contribuiu, em 2015, mas também nos anos anteriores, para o progresso da implementação de várias prioridades da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC) nomeadamente, as prioridades 5, 9, 14, 15 e 31, no âmbito das quais foi criada a Associação de Mediadores Ciganos de Portugal (AMEC-Portugal), sediada em Beja e que tem como associados(as) os(as) vários(as) mediadores(as) que participaram no Projeto de 2009 a 2015.

17.4. Fundo de Apoio à ENICC

Criado, em 2014, no âmbito da Prioridade 6 da ENICC *Apoiar iniciativas/projetos de organizações da sociedade civil e da Academia*, o FAPE tem como objetivo criar condições de apoio a projetos de organizações da sociedade civil e suportar um conjunto diversificado de ações previstas na ENICC para o ano de 2015.

Após o período de seleção de candidaturas, foram alvo dos apoios financeiros e que atingiram o valor total de 50.000,00€, 11 organizações, 2 delas associações ciganas para promoção de ações nas tipologias previstas:

- a) Ações de formação/sensibilização com vista ao combate da discriminação das comunidades ciganas e à promoção do diálogo intercultural entre estas e a sociedade maioritária;
- b) Ações de formação para a cidadania focalizadas no desenvolvimento de competências e na participação comunitária;
- c) Ações de formação para o associativismo;
- d) Ações/Iniciativas de promoção de atividades económicas e empreendedoras.



Fig. 53 – Assinatura dos protocolos FAPE 2015, Lisboa, 14 de maio

Com a implementação do FAPE, em 2015, no conjunto dos 11 projetos apoiados, foi possível atingir os seguintes resultados:

1. Realização de 33 ações de formação/sensibilização com vista ao combate da discriminação das comunidades ciganas e à promoção do diálogo intercultural entre estas e a sociedade maioritária, para 841 participantes; num total de 546 horas de formação/sensibilização;



Fig. 54 – Outdoor da campanha “Corta o preconceito”, Associação Lifeshaker

2. Operacionalização de nove ações de formação/sensibilização para a cidadania focalizadas no desenvolvimento de competências e na participação comunitária, onde participaram 143 pessoas, num total de 249 horas de formação/sensibilização;
3. Implementação de uma Ação de formação para o associativismo para 22 participantes, num total de 32 horas de formação/sensibilização;
4. Concretização de sete Seminários e eventos finais de projetos.



Fig. 55 – Programa do fórum final do Projeto “Cultura Cigana em Movimento”

O FAPE 2015 representou um grande contributo para o reforço e execução das prioridades da Estratégia Nacional nomeadamente, para as Prioridades 3, 4, 5, 7, 8 (do Eixo transversal), 20 (do Eixo da Educação), 37 e 38 (do Eixo da Saúde).

17.5. Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig)

Após a sua criação no âmbito da Prioridade 2 da Estratégia Nacional, em 2015, o ObCig preparou e implementou um plano de atividades em torno dos seus principais objetivos, tendo promovido as seguintes atividades:

- Constituição do Conselho Científico do ObCig – Constituído em abril de 2015, e tendo reunido por 5 vezes, é composto por Alexandra Castro, Maria José Casa-Nova, Emília Martins, Rosário Carneiro, Roque Amaro e Sérgio Aires;
- Aprofundamento dos dados apresentados pelos municípios no âmbito do Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas – No âmbito do Estudo Nacional foram obtidas respostas de 149 Municípios, tendo sido apurado o n.º de 24210 ciganos(as) no território nacional. Deste modo, o ObCig procurou recolher junto dos restantes municípios portugueses respostas que permitam complementar os resultados obtidos no referido estudo. Neste âmbito, foram contratados os serviços de uma investigadora para dar apoio ao coordenador do ObCig. Os dados colhidos e resultados alcançados serão apresentados pelo ObCig em 2016;
- Edição do n.º 9 da Coleção Olhares – Com vista à edição do n.º 9 da Coleção Olhares, a 25/11/2015, foi publicado convite à apresentação de teses de doutoramento/mestrado/outros sobre as comunidades ciganas;
- Lançamento de newsletter do ObCig – a primeira newsletter do ObCig foi lançada a 23/07/2015 e a segunda em 23/12/2015;
- Criação do website do ObCig – lançado em 23/07/2015 e disponível em www.obcig.acm.gov.pt



Fig. 56 – Página inicial do sítio eletrónico do ObCig

- Criação de página Facebook – criada em maio de 2015, permite a divulgação nas redes sociais não só da atividade do ObCig, mas também de atividades relacionadas com a integração das comunidades ciganas em geral;
- Realização do “Encontro Temático em torno da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020” – Organizado pelo ObCig, contou com a parceria da linha “Novos Direitos” do Instituto Jurídico Interdisciplinar da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP), da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e do Instituto de Sociologia (IS) da Universidade do Porto. O evento, no qual participaram cerca de 150 pessoas, decorreu no dia 28 de outubro, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto;



Fig. 57 – Encontro temático em torno da Estratégia Nacional, Porto, 28 de dezembro

- Avaliação do FAPE 2015 – com vista à produção de recomendações sobre a implementação do Fundo de Apoio à Estratégia Nacional, foi iniciado um processo de avaliação aos projetos financiados por este fundo e que se irá prolongar pelo 1.º semestre de 2016.

17.6. Outras iniciativas

Reconhecendo a importância de apoiar a criação de projetos sustentáveis que respondam a problemas sociais concretos, o Alto Comissariado para as Migrações, no âmbito da Prioridade 5 da Estratégia Nacional para a

Integração das Comunidades Ciganas promoveu um *Bootcamp* em Empreendedorismo Social, com o objetivo geral de capacitar e motivar os intervenientes no processo de desenvolvimento de iniciativas e na criação de ideias sustentáveis que contribuam para a resolução de problemas sociais.



Fig. 58 – *Bootcamp*, 15-17 de fevereiro, Lisboa

O IES-SBS foi a entidade formadora do *Bootcamp*, que decorreu de 15 a 17 de fevereiro, na Pousada da Juventude do Parque das Nações, em Lisboa, com a duração de 48h, por forma a dar formação sobre modelos de negócio social aos(as) participantes e apoiá-los(las) na construção e desenho das ideias. Estiveram presentes 31 participantes, nomeadamente, técnicos(as) de autarquias e outras instituições públicas e privadas, mediadores(as) e dinamizadores(as) comunitários(as) ciganos(as) que, após constituírem equipas de trabalho para o efeito, apresentaram 7 ideias. A ideia vencedora foi a campanha *Latchin Sastipen* (“Boa Saúde”), baseada na criação de um vídeo, com atores (atrizes) ciganos(as), de modo a sensibilizar e levar à mudança de atitude das comunidades ciganas no que toca a hábitos e práticas de saúde. Os elementos da equipa vencedora, através da Associação Letras Nómadas, apresentaram a ideia em candidatura ao FAPE 2015 e que mereceu aprovação por parte do ACM, I.P..

18. Informar, Comunicar e Sensibilizar

18.1. Materiais produzidos

Em 2015, e à semelhança de anos anteriores, o Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação (GECI) do ACM, I.P., interveio ativamente no processo de produção e ou atualização de brochuras, desdobráveis, cartazes e demais suportes informativos e de sensibilização, criados pelos vários Gabinetes que integram o ACM, I.P., em suporte de papel e em versão digital para *download* no *website*.

Estes produtos foram contributos valiosos para a divulgação da missão do Instituto, incluindo-se o planeamento e execução de materiais para iniciativas pontuais do ACM, I.P., ou em parceria. Entre esses materiais são de realçar os cartazes para divulgação de iniciativas diversas, desdobráveis e brochuras informativas, publicações temáticas, conceção de imagens para novos projetos, produção de *merchandising* ACM, I.P., entre outros.



Figs. 59 a 64 – Materiais de comunicação

18.2. Portal do ACM, I.P.

O ACM, I.P., lançou, no dia 22 de junho de 2015, o seu novo Portal – www.acm.gov.pt, assumindo a criação de um espaço com novas funcionalidades e um conteúdo informativo mais abrangente, mais adequado à missão cada vez mais alargada e exigente deste organismo, que é hoje uma agência pública com um vasto rol de atribuições espelhadas na sua orgânica.

Os migrantes estão aqui no centro da informação. Todos os que consultam o Portal ACM encontram a possibilidade única de escolher o seu perfil, de acordo com nacionalidade, e objetivos a concretizar em Portugal, tendo assim acesso a uma informação ajustada aos critérios escolhidos.



Fig. 65 – Novo portal do ACM, I.P.

O processo de implementação do novo *website* implicou uma longa e exigente preparação, levada a cabo durante 9 meses, de outubro de 2014 a junho de 2015, período durante o qual o ACM, I.P., contou com a colaboração de

vários Ministérios que se reuniram para tornar acessível um vasto leque de informações fulcrais para quem, em Portugal, pretende trabalhar, estudar, viver ou investir. O novo portal contempla também um separador dedicado somente aos portugueses emigrantes.

Uma série de recursos estão agora reunidos num único local, com a legislação simplificada, em formato de perguntas e respostas, e ainda consultores disponíveis para prestar um atendimento individual, através de uma linha de apoio e de uma caixa de correio eletrónico. O portal está atualmente disponível em português e inglês, estando prevista, para breve, uma versão em mandarim e outra em russo.

A publicação contínua de informação e notícias sobre todas as matérias, ações e eventos relevantes para os migrantes tornou-se um imperativo para a equipa de comunicação do Portal ACM. Uma divulgação detalhada sobre a missão, objetivos e valências do Instituto, serviços e recursos disponíveis, assim como legislação relacionada, constituiu-se também, desde o início como um objetivo a cumprir.

A atualização de informação, assim como a produção diária de notícias e reportagens sobre as iniciativas ACM, I.P., bem como de outras instituições, já deu os seus frutos com o *website* ACM a totalizar 299.389 visualizações, no período de 22 de junho a 31 de dezembro 2015.

A dinâmica de conteúdos informativos do novo Portal conduziu naturalmente a uma maior atividade da página de Facebook, com a partilha diária de notícias, dos mais variados órgãos de informação, pertinentes para a área de atuação do ACM, I.P..

18.3. Promoção de Eventos de Sensibilização

A sensibilização para a diversidade cultural, as ações realizadas pelas comunidades religiosas, iniciativas com as comunidades ciganas, possibilitadas pelo FAPE – Fundo de apoio à Estratégia Nacional de Apoio às Comunidades Ciganas (ENICC), a integração de imigrantes, num ano em que Portugal reforçou o seu 2º lugar no MIPEX IV, o acolhimento dos(as) refugiados(as), entre outros temas, marcaram a produção e partilha de notícias na página do Facebook.

Todo este fervilhar de informação produziu bons resultados. Se no dia 01/01/2015, a página de Facebook ACM registava 1.478 seguidores, no dia 31/12/2015 já atingia os 5.774. Um maior *feedback* às questões colocadas pelos nossos seguidores, através de mensagens, foi outra das preocupações do GECl.



Fig. 66 – Facebook do ACM, I.P.

O ACM, I.P., lançou, também no dia 22 de junho, o novo *site* da CICDR, com a opção de poderem ser apresentadas queixas *online* e de ser acompanhada a evolução das mesmas. O endereço é www.cicdr.pt.



Fig. 67 – Novo site da CICDR

Após seis meses de existência, o Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig), unidade informal integrada no ACM, I.P., lançou o seu novo portal no dia 23 de julho, no qual é possível conhecer mais a fundo a missão, prioridades e atividades, bem como o coordenador e conselheiros científicos deste organismo. A partir deste sítio é possível consultar o Facebook e a *newsletter* do ObCig, criados para comunicar todas as questões relacionadas com as comunidades ciganas, nomeadamente a divulgação dos estudos e novas publicações. O endereço é www.obcig.acm.gov.pt.



Fig. 68 – Novo site do ObCig

Em 2015, o ACM, I.P., lançou a sua nova revista. Com uma periodicidade trimestral, a *ACM em revista*, disponível em suporte digital e papel, apresenta-se em 12 rúbricas temáticas que mostram todo o intenso trabalho realizado em prol da integração dos(as) migrantes e acolhimento dos(as) refugiados(as), inclusão social das comunidades ciganas, bem como na promoção da diversidade.

- A 1ª edição, lançada em setembro de 2015, destacou Portugal como um país de integração, face à consolidação da sua 2ª posição no MIPEX IV (Índice de Políticas de Integração de Migrantes);
- A 2ª edição, lançada em dezembro de 2015, teve como tema central a Campanha “Vamos todos fazer a diferença” do Programa Mentores para Migrantes.



Fig. 69 – ACM em revista, n.º 2 (dezembro)

Para promover a diversidade cultural e sensibilizar para as questões do combate ao racismo e à discriminação, o ACM, I.P., realizou, ao longo do ano 2015, alguns eventos e iniciativas de relevo nomeadamente, o Prémio Comunicação 2015 “Pela Diversidade Cultural”, a cerimónia de entrega do Selo Escola Intercultural (SEI), *Bootcamps* sobre Empreendedorismo Social dirigidos às comunidades ciganas e associações de imigrantes, o ACM Fora de Portas, dedicado ao diálogo inter-religioso, entre outras iniciativas.

O ACM, I.P., não deixou de assinalar, em 2015, as principais datas comemorativas e efemérides ligadas à sua missão, com ações alusivas ao Dia Internacional da Língua Materna, ao Dia Internacional contra a Discriminação Racial, ao Dia Internacional da Tolerância e ao Dia Internacional das Migrações, associando-se a este nível às muitas iniciativas realizadas pelo país.



Figs. 70 e 71 - Entrega dos Selos Escola Intercultural e Prémio Comunicação “Pela Diversidade Cultural”

As portas do ACM, I.P., abriam-se, à semelhança de anos anteriores, à realização de exposições de artistas imigrantes nas mais diversas áreas.



Fig. 72 – Exposição a solo de Protik Bhowmik, CNAI de Lisboa

Em 2015, o ACM, I.P., consolidou o seu espaço em vários programas de TV, nomeadamente no *Etnias*, na SIC, bem como noutros programas de larga audiência televisiva e radiofónica. É de realçar também, a presença mais alargada na imprensa escrita e *online*.



Fig. 73 – Presenças em meios de comunicação social

18.4. Observatório das Migrações

O Observatório das Migrações, com génese no Observatório da Imigração criado em 2002, manteve em 2015 o seu papel, já consolidado, de promotor de redes de cooperação científica e institucional para garantir o conhecimento rigoroso dos fenómenos migratórios de Portugal. Seguindo a filosofia “conhecer mais para agir melhor”, o Observatório manteve os seus dois grandes objetivos: por um lado, estimular o diálogo entre a academia e os decisores políticos no que diz respeito à discussão, avaliação e proposta de políticas públicas em matéria de integração de migrantes em Portugal. E, por outro lado, o seu papel na desconstrução de mitos, de representações e de estereótipos acerca dos(as) imigrantes em Portugal através de factos científicos.



Figs. 75 – Logótipo do Observatório das Migrações

Entre as novidades do Observatório das Migrações para o ano de 2015 estiveram o lançamento do novo sítio www.om.acm.gov.pt, a ativação da sua *newsletter* mensal, o reforço das atividades de sistematização de informação estatística acerca de estrangeiros(as) em Portugal, nomeadamente com o lançamento da publicação *Estatísticas de Bolso da Imigração em Números* e a apresentação pública de dez novos estudos. De janeiro a dezembro de 2015, um total de 41.926 utilizadores acedeu ao *site* do Observatório das Migrações.

Em 2015, o Observatório reforçou as suas linhas editoriais de disseminação gratuita, disponíveis em versão impressa e suporte digital em www.om.acm.gov.pt, com quatro novas publicações (uma edição em papel e três em formato digital) e o encerramento de nove estudos, entre os quais sete novos estudos sobre imigração e integração de nacionais de países terceiros (ao abrigo do financiamento FEINPT).

Reconhecendo que é essencial aprofundar o conhecimento sobre a realidade da imigração e das dinâmicas de acolhimento e de integração dos(as) imigrantes em Portugal, para uma melhor definição, execução e avaliação das políticas de integração para as comunidades imigrantes, o ACM, I.P., abriu um convite a equipas de investigação para apresentarem propostas de estudos acerca de nacionais de países terceiros em Portugal e que concorressem para a execução dos objetivos do FEINPT, definidos na legislação comunitária e nacional e nos respetivos documentos programáticos, e, concretamente, para a execução dos objetivos previstos na Ação 3 do Programa Anual de 2013. Concluídos os sete estudos apoiados ao abrigo desse financiamento, e tendo os mesmos chegado a reflexões e recomendações importantes para a política pública de integração de imigrantes, embebidos do mote do Observatório de “conhecer mais para agir melhor”, os seus principais resultados foram lançados nas Jornadas do Observatório de 18 de dezembro:

- *O impacto da crise económica sobre as condições de vida e dinâmicas de inserção laboral dos imigrantes em Portugal*, IGOT-UL, Alina Esteves (coord.);
- *Imigrantes desempregados em Portugal e os desafios das políticas ativas de emprego*, CESOP – UCP, Ana Cláudia Valente (coord.);
- *Inserção laboral de imigrantes e portugueses de origem estrangeira: uma aproximação às práticas de discriminação no mercado de trabalho*, CES – UC, Pedro Góis (coord.);
- *O trabalho da arte e a arte do trabalho: circuitos criativos de formação e integração laboral de artistas imigrantes em Portugal*, CIES-IUL, Lígia Ferro e Octávio Raposo (coord.);
- *Caminhos escolares de jovens africanos (PALOP) que acedem ao ensino superior*, CIES-IUL, Teresa Seabra (coord.);
- *Inclusão e sucesso académico de crianças e jovens imigrantes: o papel das dinâmicas de aculturação*, CIS-IUL, Rita Guerra (coord.);
- *Evolução e perfis dos divórcios em casais binacionais em Portugal (1988-2013)*, CIES-IUL, Sofia Gaspar (coord.).

Tendo por finalidade apresentar, em cada estudo, uma reflexão científica e pertinente sobre um determinado tema na vertente da integração ou da avaliação das políticas para migrantes, da inteira responsabilidade do investigador ou da equipa de especialistas que o desenvolve, no ano de 2015, o Observatório publicou um novo volume da coleção Estudos.



Fig. 76 – Estudo 56 do OM

No âmbito desta coleção, em 2015 também foi concluído o estudo *Qual o futuro das mobilidades em Portugal: 2014/2030*. Estudo coordenado por Alexandra Castro, com colaboração de Inês Vidigal, Margarida Perestrelo, Kitti Barasci, Madalena Matas e Rui Pena Pires, ficando previsto o seu lançamento para 2016.

A Coleção Teses pretende divulgar as dissertações de mestrado e de doutoramento, de reconhecido interesse, sobre migrações e os seus impactos em Portugal, que dificilmente de outra forma chegariam ao grande público. Em 2015 esta coleção ganhou 2 novos volumes (45 e 46):

- *A construção do imaginário social dos imigrantes Brasileiros em Portugal nas redes sociais da internet: o caso do Orkut*. Tese de Mestrado de Rodrigo Saturnino. Volume 45. Dezembro de 2015. ISBN 978-989-685-073-9;
- *Estudantes internacionais no Ensino Superior Português: motivações, expectativas, acolhimento e desempenho*. Dissertação de Mestrado de Elisa Alves. Volume 46. Dezembro de 2015. ISBN 978-989-685-074-6.

Por sua vez, a coleção Imigração em Números procura contribuir de forma continuada para a monitorização da integração dos(as) imigrantes em Portugal, a partir da sistematização e análise de dados acerca de estrangeiros(as) de 19 fontes oficiais nacionais. Lançada em 2014, esta coleção desenvolver-se-á a partir de quatro linhas editoriais: (1) *Relatórios estatísticos decenais*; (2) *Relatórios estatísticos anuais*; (3) *Cadernos Estatísticos Temáticos* e (4) *Estatísticas de Bolso*. Em 2015, esta coleção foi reforçada com a publicação *Estatísticas de Bolso* que, contribuindo para um conhecimento mais rigoroso da imigração no país e respondendo a várias solicitações de inúmeros profissionais, académicos, decisores políticos e da sociedade portuguesa em geral, se assumiu como um instrumento útil de sensibilização.

A revista *Migrações*, com natureza temática, formato científico e suporte digital, proporciona um espaço inter e transdisciplinar para divulgar artigos inéditos da vasta comunidade científica nacional e internacional, que se debruça sobre a temática das migrações e dos movimentos populacionais. Em 2015 esta revista anual lançou um novo número, o volume 12, com seis artigos científicos originais e um artigo de opinião.

As compilações estatísticas, acompanhando as recomendações europeias, nomeadamente clarificadas com a Declaração de Zaragoza que consagrou em 2010 os ‘indicadores comuns de integração’, e reforçadas posteriormente na cooperação estabelecida entre a Comissão Europeia (DG Migration and Home Affairs) e a Divisão das Migrações Internacionais da OCDE com a publicação *Indicators of Immigrant Integration*, tem vindo a permitir, a partir de 2012, a consolidação de um processo de recolha e sistematização de informação estatística e administrativa disponível em Portugal acerca dos(as) estrangeiro(as). Neste âmbito, em resultado de forte cooperação institucional com mais de 19 entidades nacionais de natureza estatística e administrativa, o Observatório tem vindo a sistematizar informação e a divulgá-la no sítio www.om.acm.gov.pt, numa área própria denominada “Compilações Estatísticas”. Nessa área são disponibilizados dados acerca de estrangeiros em Portugal (com a desagregação possibilitada por cada fonte trabalhada) para os seguintes grandes temas: (a) Entradas, Saídas e Permanências de Estrangeiros; (b) Indicadores Demográficos; (c) Cidadania Ativa; (d) Trabalho; (e) Segurança Social; (f) Formação, Educação e Equivalências; (g) Remessas; (h) Estrangeiros e o Sistema de Justiça; (i) Discriminação de Base Racial e Étnica; (j) Habitação.

Finalmente, ao nível da organização de *workshops*, seminários e conferências, procurando continuar a estimular mais debate e diálogo entre os(as) investigadores(as)/autores(as), decisores políticos, representantes da sociedade civil e de associações de imigrantes, comentadores e audiência, a 18 de dezembro de 2015, o Observatório voltou a organizar as suas Jornadas do Observatório, assinalando o Dia Internacional das Migrações. À semelhança das edições anteriores, as Jornadas promoveram a reflexão e discussão acerca de temas da atualidade das migrações, contando com perto de duas centenas de participantes e três dezenas de oradores. A abertura do evento esteve a cargo do Ministro Adjunto, Eduardo Cabrita, e da Administradora da Gulbenkian, Isabel Mota. No período da manhã, Thomas Liebig, em representação da OCDE, apresentou uma comunicação acerca de Indicadores de Integração de Imigrantes, a partir do relatório divulgado por esta organização.



Figs. 77 e 78 - Jornadas do OM no Dia Internacional dos Migrantes, 18 de dezembro

19. Programa Escolhas

Em 2015, no último ano da 5ª Geração do Programa Escolhas (PE), foram implementados 109 projetos plurianuais, sendo que, por incumprimento, foi revogado o projeto “Convergir para a Igualdade – E5G”. No âmbito dos projetos pontuais foram aprovados 15 novos projetos em janeiro de 2015, o que significa que o ano terminou com um total de 123 projetos em implementação.

De acordo com o artigo 29º do Regulamento do Programa Escolhas, que enquadra a metodologia de avaliação e acompanhamento dos projetos, a avaliação interna é da responsabilidade da equipa técnica do PE e tem como referência a execução das atividades, os objetivos e os resultados previstos em candidatura pelos projetos. Este nível de avaliação inclui a realização de visitas de caráter formal com a presença da equipa técnica e do consórcio, visitas de caráter informal, em contexto de atividades e visitas sem agendamento prévio, usualmente designadas por visitas surpresa. Em 2015 foram realizadas 632 visitas de acompanhamento a todos os 123 projetos, sendo de realçar 535 visitas aos projetos plurianuais e 97 visitas realizadas aos projetos pontuais.

Tendo em conta o modelo de avaliação e acompanhamento previsto no Regulamento do PE, cabe ao consórcio de cada projeto a elaboração e apresentação de um relatório de autoavaliação com uma periodicidade semestral, bem como a apresentação semestral do Plano Detalhado de Atividades dos projetos. Em 2015, foram elaborados 217 Planos Detalhados de Atividades referentes aos projetos plurianuais, os quais foram analisados e aprovados pela equipa central do PE, e elaborados três relatórios de avaliação local referentes aos 24, 30 e 36 meses de intervenção, tendo sido apresentados um total de 325 relatórios de autoavaliação. Quanto aos projetos pontuais, foram apresentados 90 relatórios de autoavaliação bimestrais e 15 relatórios semestrais, perfazendo um total de 105 relatórios produzidos.

No que respeita à avaliação interna, a equipa do PE produziu um total de 864 relatórios, dos quais 752 englobam relatórios de avaliação central, relatórios relativos às visitas em contexto de atividades, de apoio técnico e visitas sem agendamento prévio efetuadas nos diferentes territórios de intervenção dos projetos plurianuais. Paralelamente, foram também produzidos 112 relatórios no âmbito dos projetos pontuais, sendo que 15 foram relatórios semestrais e 97 relatórios das visitas das efetuadas.

Na sequência do proposto no plano de formação contínua para a 5ª Geração, dirigido aos coordenadores de projeto e a todos os dinamizadores comunitários, a plataforma *online* Escolhas em Formação continuou a ser veículo fundamental na transmissão e implementação do plano. Esta plataforma possibilitou o acesso a um conjunto de informação sobre o processo de formação proposto pelo PE, bem como a um conjunto de instrumentos e ferramentas úteis para o desenvolvimento dos seus projetos. Mais detalhes em: <http://escolhasemformacao.ning.com>.

Em 2015, e tal como previsto no plano de formação dirigido aos(as) dinamizadores(as) comunitários(as), foi dada continuidade ao curso Formação Pedagógica Inicial de Formadores com acesso Certificado de Competências Pedagógicas. Atendendo ao percurso de capacitação prevista para a figura do dinamizador comunitário, no final desta geração foram 75 os(as) jovens que completaram este processo com sucesso.

No plano de formação dirigido aos(às) coordenadores(as) de projeto (108 no ano de 2015) foi ministrado o módulo de Inovação e Empreendedorismo Social. Este módulo contemplou o desenho de propostas de intervenção, as quais foram apresentadas a um júri quer nas sessões *pitch* (Lisboa, Porto e Faro) realizadas em março de 2015, quer no Seminário Final E5G “Projetar o Futuro” realizado em abril de 2015.

Em funcionamento desde Agosto de 2004, o website www.programaescolhas.pt contou com 191.543 visitas e 390.076 visualizações de página.



Fig. 79 – Site do Programa Escolhas

É de salientar, ainda, a participação dos projetos locais e dos seus destinatários na produção de notícias e de outro material informativo, sobre as iniciativas que desenvolvem para divulgação no *site* do Programa Escolhas, tendo sido produzidas 721 notícias. Registou-se ainda a existência de 427 inserções em comunicação social com referências positivas ao PE.

No ano em referência foram editados quatro números (32, 33, 34 e 35) da revista *Escolhas*, dedicadas aos temas do Associativismo Juvenil, ao lançamento da Sexta Geração, ao Concurso Anual de Ideias para jovens – *Mundar: Muda o Teu Mundo*. A última edição de 2015 – *Nós Fizemos esta revista Escolhas!* contou com um conselho editorial composto por jovens do projeto “+XL – E5G”, localizado no Laranjeiro.



Figs. 80 a 83 - Capas da revista Escolhas

Ao longo do ano de 2015, o Programa Escolhas continuou a dinamizar um conjunto diversificado de iniciativas, algumas de âmbito regional, outras de âmbito nacional. A Liga Escolhas (www.ligaescolhas.com) estendeu a sua atuação aos projetos da Zona Norte e Centro, tendo sido possível envolver nesta nova edição um total de 22 equipas participantes dos distritos de Lisboa e Setúbal, bem como do Porto e Guarda. A final da III Edição da Liga Escolhas decorreu na Academia do Sporting Clube Portugal, em Alcochete, tendo as equipas cumprido com os seus objetivos, tanto a nível desportivo, como escolar e social.

O Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.), através do Programa Escolhas, e a Embaixada de Cabo Verde em Portugal promoveram o Programa de Formação Cívica “Mais Líderes”. Este programa destinou-se a jovens descendentes cabo-verdianos, enquadrando-se esta iniciativa no âmbito da parceria de cooperação estabelecida entre os Governos de Portugal e de Cabo Verde, em dezembro de 2014. O programa de formação estruturou-se em torno de 5 sessões, desenvolvidas mediante uma abordagem local, nacional e global, de temáticas variadas nomeadamente, as instituições democráticas, direitos e deveres, convenções e justiça, literacia para os media e cidadania global. A 5ª sessão decorreu em Cabo Verde, tendo os(as) 21 jovens que concluíram com sucesso este plano de formação a possibilidade de estabelecer contactos com líderes locais de vários setores, assim como realizar visitas às principais instituições da democracia cabo-verdiana.



Figs. 84 e 85 – Grupo “Mais Líderes”

Ainda em 2015, foi constituído um outro grupo de trabalho, denominado Grupo de Trabalho Novos Cidadãos, composto por 20 jovens de diversas nacionalidades. Este grupo teve com o objetivo promover uma reflexão e respetivo plano de ação (informação/sensibilização/formação), visando responder a algumas das dificuldades/ problemas diagnosticados pelos “novos cidadãos” no exercício da sua cidadania enquanto portugueses(as).



Fig. 86 – Grupo “Novos Cidadãos”

O projeto “A Nossa Voz” voltou aos palcos em agosto de 2015. No âmbito das comemorações do Dia Internacional da Juventude, realizou-se, no Centro Desportivo do Jamor, o concerto de lançamento de “A Nossa Voz – Edição Especial 2015 – Remisturas” – CD com remisturas de vários temas. Esta iniciativa resulta de uma coprodução entre o Programa Escolhas, a EGEAC e o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), com o apoio da Associação Mais Cidadania.

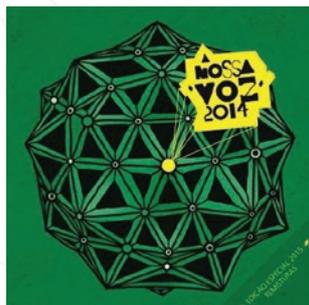


Fig. 87 - CD "A Nossa Voz", reedição de 2015

Na 2ª edição do Concurso Anual de Ideias para jovens – Mundar: Muda o Teu Mundo (www.mundar.pt), em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian, foram a concurso 156 ideias, tendo sido financiadas 33 ideias de mudança promovidas por jovens. Desta edição resultou a criação de um grupo de teatro contra a violência no namoro, foi criada uma iniciativa de emprego na área da limpeza, um *atelier* de costura, criado um grupo de animação de eventos, reabilitados espaços, realizadas ações de sensibilização e formação na área da ciência, ambiente, educação alimentar e estética, criação de hortas comunitárias, realização de curtas-metragens, entre outras iniciativas.



Fig 88 – "Nails", projeto Multivivências – ESG



Fig 89 – "Robin Hood", projeto Pescador de Sonhos – ESG

Entre os meses de maio e julho foi dinamizado o Fórum da Reconciliação, iniciativa promovida pelo Teatro Ibisco, com o apoio do Programa Escolhas. Nas ações dinamizadas procurou-se debater e refletir sobre estratégias contra a violência, envolvendo a população e associações da Quinta do Mocho e Quinta da Fonte (concelho de Loures), passando a aposta por uma campanha nacional de apelo à não-violência: "Contra a Violência esta é a minha Arma". No dia 18 de julho – Dia Internacional Nelson Mandela – estes dois territórios foram palco privilegiado de um vasto programa, o qual englobou uma conferência, debate, *workshops*, teatro, dança, gastronomia, contando com a participação das comunidades locais.



Fig. 90 – Divulgação do Fórum da Reconciliação

No decorrer de 2015 realizaram-se dois momentos formativos das Assembleias de Jovens Escolhas (AJE). O processo formativo culminou, em maio, com uma viagem a Bruxelas, Bélgica, na qual participaram os(as) 30 representantes das Assembleias de Jovens. Esta última sessão centrou-se na temática “Cidadão, a Europa e o Mundo”, tendo sido possível realizar visitas à Comissão Europeia, Parlamentarium e Parlamento Europeu.



Fig. 91 – AJE, visita a Bruxelas

Os resultados positivos alcançados com a 1ª edição do projeto “U CAN” – bolsas de estudo universitárias – que decorreu no ano letivo transato, justificaram uma nova edição deste projeto no ano letivo 2014/2015. Foram rececionadas 112 candidaturas, tendo sido atribuídas bolsas a 48 jovens universitários. Nesta 2ª edição do projeto “U CAN”, foram envolvidos 28 projetos Escolhas que, para além da gestão financeira da bolsa, responderam ainda ao desafio de encontrar na equipa, consórcio, parceiros ou voluntários, um(a) mentor(a) que pudesse apoiar o(a) jovem bolseiro(a) no seu percurso académico.



Fig. 92 – Diploma Bolsas “U CAN”

A Associação Ibisco, com o apoio do Programa Escolhas, e Laurent Filipe Produções, desenvolveram o projeto “Lóva – A Ópera como veículo de aprendizagem”, que propôs o desafio de transformar um grupo de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, nomeadamente dos projetos Escolhas, numa “Companhia de Ópera”. Para tal, foi promovido um curso de formação teatral de 44 horas, na área da Ópera, para 17 agentes educativos(as) e técnicos(as) de intervenção social, com vista à replicação desta metodologia de intervenção junto dos seus públicos.

A avaliação externa do Programa Escolhas, na sua 5ª geração, esteve sob responsabilidade do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica (CEPCEP), sendo a equipa de peritos liderada por Joaquim Azevedo. Assim, durante o ano de 2015, foi terminado e entregue o segundo relatório intercalar de avaliação externa do Programa Escolhas, previsto no âmbito do respetivo contrato de prestação de serviços.

Durante a 5ª Geração (janeiro de 2013 e dezembro de 2015), foram envolvidos 85.160 indivíduos, participantes em 709.776 sessões de trabalho realizadas. Destes, 13.476 são participantes diretos(as), sobre os quais incide um acompanhamento mais regular, e 71.684 participantes indiretos(as). Em 2015, foram envolvidos 49.231 indivíduos, os quais participaram em 231.641 sessões de trabalho. Destes, 11.129 são participantes diretos(as) e 38.102 participantes indiretos(as). São na sua esmagadora maioria crianças e jovens (75.8%).

Numa análise por medidas, será de salientar especialmente as atividades que contribuem para a inclusão escolar e para a educação não formal (Medida I: 27.327 participantes em 60.188 sessões de trabalho) e aquelas que contribuem para a dinamização comunitária e cidadania (Medida III: 25.320 participantes em 51.909 sessões). Tal como sucedeu no ano transato, também em 2015, a Medida IV é aquela que mais sessões de trabalho tem registadas (83.957), envolvendo um total de 21.435 indivíduos.

A distribuição dos participantes em atividades do PE por faixa etária continua a expressar um predomínio óbvio de crianças e jovens entre os 6 e os 18 anos de idade, verificando-se uma maior incidência no grupo etário dos 14 aos 18 anos, acompanhado muito de perto do estrato etário “mais de 24 anos”. Deve ainda ser referido o número importante de participantes com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos.

Sobre a escolaridade completa dos participantes em atividades do PE durante o ano de 2015, a tendência continua a centrar-se num maior envolvimento de jovens com os 4º, 6º e 9º anos de escolaridade completa.

A distribuição dos participantes por sexo, apesar de remeter para um grande equilíbrio, mostra que são do sexo masculino a maioria dos participantes em projetos Escolhas.

No que concerne aos 20 indicadores globais (*outcomes*), da recolha de informação efetuada por todos os projetos, é possível identificar os seguintes resultados:

	Meta	Executado
1. Taxa de sucesso escolar global (%)	77%	76,7%
2. Reintegrações escolares (total)	2.500	2.431
3. Encaminhamentos para formação e emprego (total)	12.000	13.681
4. (Re)integrações em formação profissional e emprego (total)	7.500	7.020
5. Envolver parceiros nas atividades desenvolvidas (N)	2.500	2.871
6. Total de participantes na Medida III	40.000	43.743
7. Certificar no domínio das TIC (total)	14.000	16.093
8. N.º de participantes nos CID (ind)	35.000	36.970
9. N.º de participantes em associativismo e empreendedorismo	18.500	20.626
10. N.º de associações e iniciativas de emprego criadas (total)	130	107
11. Participantes globais (indivíduos)	80.000	85.160
12. Prazo médio de pagamento a fornecedores (dias)	30	28
13. Sessões totais com presenças (total)	600.000	676.958
14. Execução financeira global dos projetos (%)	92	91
15. Dinam. Comunitários com progressão escolar/projeto de vida	98	97
16. N.º total de horas de formação interna por pessoa	98	69
17. N.º total de horas de formação (hora * formando)	52.000	52.165
18. N.º de contactos presenciais com os projetos locais (total)	1.500	1.793
19. N.º de inserções em comunicação social com referências ao PE	2.000	2.142
20. N.º de visitas ao site do Programa Escolhas	525.000	574.116

Fig. 93 – Indicadores globais do Programa Escolhas, em 2013-2015

Num contexto social que se vai mantendo bastante desafiante, podemos verificar que a maioria das 20 metas estabelecidas foi superada durante o ano de 2015.

Ligeiramente abaixo do esperado, mas acima do valor do ano passado (74%), encontra-se o valor do sucesso escolar, que se cifrou nos 76,7% face aos 77% esperados para o ano letivo de 2014/2015, demonstrando assim o reforço da intervenção nesta área. Também aquém do previsto estão os resultados referentes às reintegrações de jovens em abandono na escola. Foram até aqui reintegrados na escola 2.431 indivíduos, face aos 2.500 esperados.

Com resultados bastante acima do esperado, deve destacar-se em particular a Medida II, nomeadamente no encaminhamento de jovens para soluções de emprego e formação profissional, num total de 13.681 indivíduos encaminhados, face aos 12.000 esperados. No âmbito da Medida III, será de destacar, para além dos parceiros formais do consórcio, o elevado número de parceiros que continuaram a ser mobilizados para a concretização de atividades, o que significa que durante esta 5ª Geração, o Programa Escolhas envolveu 2.871 novas instituições locais por todo o país. Destacamos, ainda, as 16.093 certificações no domínio das TIC e as 107 associações e iniciativas de emprego criadas.

Já no final do ano foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2015, de 23 de dezembro de 2015, efetivando-se, desta forma, a respetiva renovação do Programa Escolhas para o período compreendido entre 2016 a 2018. O Programa Escolhas financiará, no âmbito do processo de apreciação e aprovação das candidaturas apresentadas, um total máximo de 88 projetos no ano de 2016. Complementarmente serão lançados dois novos períodos de candidaturas em 2016 e 2017 para intervenções de natureza experimental e inovadora, com a duração de dois e

um ano, respetivamente, em condições a definir posteriormente pelo Alto-comissário para as Migrações. Deste modo, perspetiva-se que o número de projetos a financiar no período compreendido entre 2016 a 2018 possa ascender a 130.

Foram introduzidas para esta 6ª Geração do PE algumas alterações face às anteriores gerações, destacando-se a obrigatoriedade dos projetos se candidatarem a duas das seguintes medidas: I, II, III e V, bem como o facto de serem obrigados a candidatar-se à Medida IV. Nesta nova geração, o Programa vê alargado o seu âmbito territorial para o campo internacional, financiando três projetos-piloto em países europeus com forte presença de emigrantes. Estes projetos-piloto serão sujeitos às regras e procedimentos previstos no presente regulamento, sendo as respetivas instituições convidadas diretamente pelo Alto-comissário para as Migrações. Uma outra alteração a destacar situa-se ao nível do alargamento da faixa etária até aos 30 anos.

O período de candidaturas decorreu desde a publicação do Regulamento do Programa Escolhas em Diário da República, a 13 de outubro de 2015, até 30 de novembro de 2015. Tendo sido efetuados 877 registos no sistema *online*, foram efetivamente recebidas 247 candidaturas. Essas candidaturas foram provenientes na sua maioria das NUT II de Lisboa (84), Norte (81) e Centro (42), Alentejo (19), Algarve (9), RA (11). De forma mais detalhada, a maioria das candidaturas foi proveniente dos distritos de Lisboa (62), Porto (46) e Setúbal (24).

20. Combate à Discriminação e ao Racismo

20.1. Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR)

A Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) é, em Portugal, o órgão, especializado no combate à Discriminação Racial. Esta Comissão, criada pela Lei 134/99 de 28 de agosto, é independente e tem por objeto prevenir e proibir a discriminação racial sob todas as suas formas e sancionar a prática de atos que se traduzam na violação de quaisquer direitos fundamentais ou na recusa ou condicionamento do exercício de quaisquer direitos económicos, sociais ou culturais, por quaisquer pessoas, em razão da sua pertença a determinada origem, cor, nacionalidade ou etnia.

A CICDR reúne de 3 em 3 meses. A sua composição é plural, inclui para além do Alto-comissário para as Migrações, representantes da Assembleia da República, do Governo, das associações de imigrantes, das associações antirracistas, das centrais sindicais, das associações patronais, das associações de defesa dos direitos humanos, bem como personalidades designadas pelos restantes membros.

Durante o ano de 2015, a CICDR foi presidida pelo Alto-comissário para as Migrações, Pedro Calado, e constituída pelos seguintes Conselheiros:

- Representantes da Assembleia da República: Deputada Elza Pais e Deputada Nilza Mouzinho de Sena;
- Representante do Departamento do Governo responsável pela Solidariedade e Segurança Social: Joana Vallera (que viria a ser substituída em 15 de janeiro de 2015 por Odete Severino²);
- Representante do Departamento do Governo responsável pela Educação: Lina Varela;
- Representante do Departamento do Governo responsável pelo Emprego e Economia: Fernanda Estevez (cuja substituição ocorreu em 15 de janeiro de 2015, passando a representar esta pasta Odete Severino³);

² Em virtude da pasta do emprego ter sido integrada no Ministério da Solidariedade e Segurança Social, passando a designar-se Ministério da Solidariedade do Emprego e Segurança Social.

³ Idem

- Representantes das Associações de Imigrantes: Djarga Seidi, Joana Ruivo e Iolanda Veiga⁴;
- Representantes das Associações Antirracistas: José Falcão e João Silva;
- Representantes das Centrais Sindicais: Catarina Tavares e Carlos Trindade;
- Representantes das Associações Patronais: Helena Leal e Luís Henrique;
- Representantes das Associações de Direitos Humanos: Teresa Tito de Morais Mendes e Luís Braga (que viria a ser substituído em 27 de abril de 2015, por Antónia Barradas);
- Representantes designados pelos restantes membros: Macaísta Malheiros, Gustavo Behr e Victoria Konrad.

Durante o último ano, foram realizadas três reuniões plenárias, que decorreram nos dias 19 de janeiro, 27 de abril e 6 de novembro. No âmbito destas reuniões, a CICDR tomou conhecimento, pronunciou-se, emitiu pareceres e deliberou, sendo de especial relevância o acompanhamento de queixas decorrentes da prática de atos discriminatórios em função da raça, nacionalidade ou origem étnica ou em função da nacionalidade, e evolução dos processos de contraordenação. No âmbito das ações ordinárias da CICDR, há a assinalar, as seguintes atividades:

- **Iniciativa Universo Benfca:** Esta iniciativa que resultou de uma parceria estabelecida com a “KidFun” da Fundação Benfca em 2014, e que se mantém no presente ano letivo 2015/2016, consiste numa ação de sensibilização, divulgação da CICDR e da sua missão na contenda contra a discriminação racial, através da disponibilização num campo insuflável, de um Golf Banner, com a imagem da CICDR e um flyer, criado *ad hoc* “RACISMO? STOP!”, pretendendo contribuir na educação para os valores, com diversas atividades, acompanhadas da presença da Águia Vitória, às escolas primárias. Em 2015, esta campanha superou a 5.894 crianças (considerando o ano letivo 2014/2015 foram alcançadas mais de 9.053 no total).

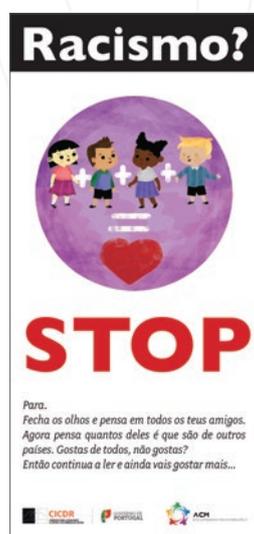


Fig. 94 – Flyer “RACISMO? STOP!”, distribuído nas Escolas públicas

⁴ Atendendo ao empate verificado nas eleições realizadas em 2012, Joana Ruivo e Iolanda Veiga acordaram em dividir o mandato, assim, durante o período de 1 ano e seis meses, a Conselheira Joana Ruivo a representante com direito a voto (e Iolanda Veiga poderia participar nas reuniões da CICDR na qualidade de observadora) e depois desse período passou a ter assento na CICDR, com direito a voto a Conselheira Iolanda Veiga.

- Dia “Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial” – 21.03.2015: Para assinalar a data internacionalmente reconhecida, instituída pela ONU, propusemo-nos lançar no primeiro minuto do dia, uma campanha que se traduziu numa aplicação *online* “Descobre a tua cor”, disponível em www.descobreatuacor.pt, difundida através das redes sociais, superou as 60.000 visualizações. Através de um jogo, proliferado nas redes sociais, desafiavam-se os(as) utilizadores(as) a evidenciar a diversidade que enriquece o nosso país, ao mesmo tempo relativizava-se o que é apenas uma característica física, combatendo o preconceito, demonstrando, que todos(as) e cada um(a), somos muito mais do que o que é visível aos olhos.



Fig. 95 – Campanha “Descobre a Tua Cor”

No dia 22 de junho de 2015, foi lançado um *site* autonomizado da CICDR⁵ (www.cicdr.pt), que até esta data estava confinado a uma página agregada ao site do ACM, I.P.. É de destacar o formulário de queixa eletrónico, que pretende ser uma ferramenta de proximidade entre o(a) cidadão(ã) e a Comissão, permitindo que a apresentação de queixa possa ser apresentada no recanto do seu lar, e que é agora disponibilizado com uma utilização mais facilitadora, para além de reforçar a independência e isenção desta Comissão.



Fig. 96 – Novo site da CICDR, lançado em 2015

Ao longo de 2015, foram várias as ações de sensibilização/formação dinamizadas pela CICDR, destacando-se:

- A convite do Programa Escolhas, a realização de um *workshop* com a 5.ª Geração, que decorreu no CNAI de Lisboa, em 23 junho 2015. Os principais objetivos desta ação foram: divulgar a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial; identificar práticas discriminatórias que se enquadrem no âmbito de atuação da CICDR; distinguir crime de discriminação racial vs. ilícito de contraordenação por discriminação racial; explicitar os mecanismos legais para prevenir e combater práticas discriminatórias; e informar sobre formas de apresentação e encaminhamento adequado das queixas com fundamento em discriminação;

⁵ No período decorrido entre o dia de lançamento em 22.06.2015 e 31.12.2015, foram contabilizadas 7722 visualizações.

- A participação na 3ª sessão do Grupo de Trabalho Novos Cidadãos, ocorrida em 10 de julho de 2015, no IPDJ em Lisboa, a convite do Programa Escolhas. Este grupo, composto por 15 elementos, tinha a empreitada de promover durante o ano de 2015, uma reflexão sobre as dificuldades e problemas sentidos pelos(as) novos(as) cidadãos(ãs) nacionais na relação com o exercício de uma cidadania enquanto portugueses(as) de pleno direito, debatendo temas como o sentimento de identidade e pertença, a participação cívica, a ação comunitária, o associativismo, a participação em eleições, com o propósito de potenciar o desenho de um eventual plano de ação/resposta positivo, capacitando-os(as) também com o conhecimento dos mecanismos de reação a eventuais práticas de discriminação;



Fig. 97– Sessões de divulgação da CICDR

- A formação a Técnicos(as) da Segurança Social – Região Centro: a 30 de novembro, decorreu nas instalações do Centro Distrital de Coimbra, uma ação de sensibilização com os temas “Cultura Cigana” e “Combate à discriminação – Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial”, cabendo apenas a Parte II da ação à CICDR. Foram destinatários(as), os Técnicos(as) Superiores que desenvolvem funções de triagem na Ação Social;
- A Ação Sensibilização/Formação Técnicos CNAI: a 20 de novembro de 2015, nos CNAI de Lisboa e Porto (este último através de meios telemáticos) foi realizada uma ação que pretendia habilitar os(as) técnicos(as) da primeira linha de atendimento a identificar práticas discriminatórias em razão da etnia, cor da pele ou da nacionalidade, e ainda capacitá-los(as) à apresentação de queixa à CICDR, através dos mecanismos existentes. Esta ação enquadra-se no cumprimento das metas assumidas pela CICDR, no âmbito de execução do PEM (Plano Estratégico para as Migrações).

20.2. Comissão Permanente da CICDR

A CICDR possui uma Comissão Permanente (CP) constituída por três elementos eleitos pelos restantes Conselheiros, com exceção do Presidente que é, por inerência, o Presidente da CICDR. A principal competência da CP da CICDR é a de se pronunciar previamente à decisão do Alto-comissário quanto a eventual aplicação de sanções, respetiva medida e/ou sanções acessórias. Durante o ano transato, a CP da CICDR tinha a seguinte composição:

- i) Presidente – Pedro Calado;
- ii) Manuel Malheiros;
- iii) Iolanda Veiga.

No âmbito da tramitação dos processos de contraordenação por práticas discriminatórias em função da origem

racial ou étnica, a Comissão Permanente da CICDR tem competências próprias para conceber o relatório final da fase instrutória e pronunciar-se sobre eventual aplicação das coimas e sanções acessórias. Tem ainda sido entendimento do Alto-comissário ouvir este órgão sobre a generalidade das queixas especialmente em situações de dúvida, sendo, assim, um órgão de consulta fundamental para o tratamento destas matérias. Dos processos submetidos à sua apreciação, em 2015 decorreram as seguintes Deliberações:

- Oito propostas de arquivamento de processos de contraordenação em concordância com as propostas constantes dos relatórios finais das Inspeções-Gerais competentes para a instrução dos processos;
- Nove deliberações no sentido das partes se pronunciarem e apresentarem declarações adicionais face ao teor dos relatórios finais;
- Três comunicados.

É de destacar que, durante o ano de 2015, foram 84⁶ as queixas rececionadas pela CICDR, correspondentes a um aumento de 40%, face às queixas de 2014.

	2015
Conversão em processos de contraordenação (PCO) enviados às inspeções-gerais competentes ⁷	13
Processos iniciados previamente pelas Inspeções-Gerais	2
Reenvio para outras entidades ⁸	33
Mediação	7
Queixas incompletas/incorretas/infundadas	11
Aguardam esclarecimentos dos denunciante	18
Total	84

Fig. 98– Desenvolvimento das queixas

21. Relações Internacionais

21.1. Redes e Projetos Internacionais

Dando continuidade ao trabalho de anos anteriores, em 2015 o ACM, I.P., continuou a participar e a dar pareceres para inúmeras redes europeias e internacionais e grupos de trabalho internacionais. Neste âmbito, faz-se o destaque para:

- **A participação na Rede de Pontos Nacionais de Contacto de Integração da União Europeia:** dando continuidade aos trabalhos de anos anteriores, em 2015 o ACM, I.P., ficou como ponto focal nas atividades da Rede supra, que permite acompanhar os trabalhos da Comissão Europeia e trocar experiências com os outros Estados Membros sobre políticas de integração dos(as) imigrantes. O ACM, I.P., manteve uma estreita articulação com esta rede, contribuindo com inúmeros pareceres;
- **A participação na FRA – Fundamental Rights Agency da União Europeia:** Em 2015, o ACM, I.P., prosseguiu o

⁶ Verifica-se um aumento de queixas por relação ao ano anterior. Em 2014, foram registadas 60 queixas.

⁷ Inclui Ministério Público; Autoridade para as Condições do Trabalho; Linha Internet Segura; Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

trabalho desenvolvido enquanto ponto focal nacional, tendo participado nas diversas reuniões e atividades desenvolvidas pela FRA. Foi ainda possível assistir a uma reunião, realizada em Viena, nos dias 19 e 20 de novembro, que juntou as diversas redes de parceiros que colaboram com a FRA: pontos focais nacionais, pontos focais junto dos Parlamentos nacionais, Instituições Nacionais de Direitos Humanos, Conselho de Administração da FRA, Comité Científico e Plataforma dos Direitos Fundamentais. No âmbito do trabalho desenvolvido na Rede de Pontos de Contacto Nacionais para a Integração dos Ciganos, a pedido da DG Justiça da Comissão Europeia, a FRA criou um grupo de trabalho para a discussão e a elaboração de uma ferramenta de acompanhamento e monitorização europeia da implementação das Estratégias Nacionais para a Integração dos Ciganos. O ACM, I.P., iniciou a sua participação neste grupo, em 2014, tendo presenciado várias reuniões do grupo em 2015;

- **A participação na EQUINET – European Network of Equality Bodies:** em 2015, o ACM, I.P., continuou a integrar as organizações representadas nesta rede que combatem a discriminação em contexto nacional, participando mais ativamente nos grupos de trabalhos na vertente do combate à discriminação de base racial e étnica. Esta rede internacional reúne 45 organizações de 33 países, que trabalham a vertente do combate à discriminação de base racial e étnica. O ACM, I.P., enquanto organização participante desta rede, integra o Grupo de Trabalho Equality Law e Comunicação. Além da participação nestes Grupos de Trabalho, o ACM, I.P., marcou presença noutros eventos organizados pela Equinet: Seminário “Charting the Charter”, Bruxelas, nos dias 16 e 17 de junho; Assembleia-Geral, Bruxelas, a 9 de outubro; *Workshop* “Fighting hate speech against Roma: the Role of Equality Bodies”, Bruxelas, 16 de outubro; Seminário sobre Religião e Crença, Londres, nos dias 9 e 10 de novembro; Conferência sobre a Livre Circulação de Trabalhadores na União Europeia, Paris, a 8 de dezembro;
- **O Grupo de Alto Nível sobre Não-Discriminação, Igualdade e Diversidade da Comissão Europeia:** participação no segundo encontro do Grupo de Alto Nível, realizado em Luxemburgo, no dia 27 de outubro, e também no Seminário “Equality and Diversity”, promovido pela Comissão Europeia em parceria com a Presidência Luxemburguesa da União Europeia, que teve lugar no dia 28 de outubro;
- **A participação na Comissão Nacional de Direitos Humanos:** dando continuidade aos trabalhos de anos anteriores, o ACM, I.P., integrou, 2015, a delegação nacional de pontos focais e de peritos que respondem a inúmeros pareceres de resposta a pedidos internacionais na vertente dos direitos humanos, nomeadamente dos(as) imigrantes e das comunidades ciganas. No âmbito dos trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, o ACM, I.P., integrou a delegação nacional que defendeu perante o Comité das Nações Unidas o relatório de aplicação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW). Durante o ano de 2015, o ACM, I.P., assegurou ainda a preparação do relatório de aplicação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD), e a respetiva audição junto da sociedade civil.
- **A Rede de Pontos de Contacto Nacionais para a Integração dos Ciganos:** o ACM, I.P., continuou a assegurar a representação nacional nesta rede, criada em 2011 para acompanhamento da implementação das Estratégias Nacionais para a integração das Comunidades Ciganas, tendo estado presente nos encontros da rede no ano de 2015;
- **Plataforma Europeia para a Integração dos Ciganos:** Criada em 2009, esta plataforma procura ser um fórum de discussão alargada sobre a integração das comunidades ciganas a nível europeu e conta com representantes não só das organizações responsáveis nacionalmente pela temática da integração dos ciganos, mas também organizações da sociedade civil, nomeadamente associações ciganas. O ACM, I.P., assegura a representação nacional na rede e participou na 9.ª reunião que se realizou em 2015;
- **Rede EUroma:** Coordenada pela Fundação Secretariado Gitano de Espanha a convite da Comissão Europeia, é uma rede que produz conhecimento relacionado com o contributo dos Fundos Estruturais 2007-2013 para a integração dos Ciganos na União Europeia. O ACM, I.P., assegura a representação nacional na rede desde 2009 e participou, em 2015, na reunião da rede realizada em Madrid;

- **Comité de Peritos Ad Hoc para os Ciganos CAHROM (CoE):** O CAHROM foi criado pelo Conselho da Europa para que funcione como um grupo de peritos para aconselhamento do CoE no âmbito da promoção das suas políticas e medidas, bem como na produção de documentação específica relevante para a integração das comunidades ciganas a nível europeu. O ACM, I.P., assegura a representação nacional neste grupo desde 2009 e participou nas reuniões do grupo em 2015 e na produção relatórios e preparação das reuniões do CAHROM;
- **Programa ROMED 2:** Financiado pelo Conselho da Europa e a Comissão Europeia, e coordenado pelo Conselho da Europa, o ROMED 2 surgiu na sequência da experiência extraída do programa ROMED1. Funcionando em Portugal desde 2011, tem como Ponto Focal Nacional o ACM, I.P., e Delegado Nacional a Associação Letras Nómadas. O programa baseia-se na criação de mecanismos de governação participativa como ferramenta de ativação da participação das comunidades ciganas em vários municípios portugueses e europeus. Em 2015, envolveu 7 municípios e promoveu nos municípios abrangidos, mas também nacionalmente, várias atividades;
- **Rede SIRIUS – European Policy Network on the Education of Children and Young People with a Migrant Background:** dando continuidade à sua participação nesta rede, o ACM, I.P., juntou-se às restantes entidades para a reunião geral onde se partilharam práticas e projetos no âmbito da educação de migrantes, bem como se discutiram novos moldes de gestão e organização da rede.

21.2. Comunicações em Conferências e Encontros Internacionais

A internacionalização das políticas de integração de Portugal e o seu reconhecimento como boas práticas, em especial no contexto europeu, têm motivado o convite ao ACM, I.P., para a sua apresentação em conferências internacionais. No ano de 2015, destaca-se a participação com comunicações de elementos da equipa do ACM, I.P., nas seguintes conferências:

- Conferência de Alto Nível *La Tolérance est plus forte que la Haine* promovida pela Presidência Belga da União Europeia, Bruxelas, no dia 8 de maio;
- Comunicação na *Pan-European Conference: Integration of Immigrant Spouses and Children*, Malta, 28 e 29 de maio;
- Comunicação no Seminário *Exploring Challenges to Political Participation of Migrants in the OSCE Region*, Florença, 18 e 19 de junho;
- Comunicação acerca das políticas de integração portuguesas na Conferência Nacional sobre Integração, Malta, 26 de junho;
- Dinamização da *Session 5: creating a receptive and inclusive culture – addressing multiple identity and multilingualism head on* com a comunicação *Engaging Migrant Families in Early Years Centres*, no âmbito do Transatlantic Forum on Inclusive Early Years que se realizou em Washington, entre 7 e 10 de julho: esta apresentação foi uma comunicação conjunta do Alto Comissariado e da Fundação Aga Khan Internacional, na qual o ACM, I.P., partilhou os seus projetos e medidas neste âmbito e a FAK apresentou práticas implementadas designadamente do Egito e na Alemanha;
- Participação no *International Visitor Leadership Program*, a convite da Embaixada dos EUA em Lisboa, sob o tema *Advocating for Human and Civil Rights for Minority Communities* entre 12 e 30 de julho: em 5 estados dos EUA, foram visitadas 37 organizações (de variados setores – federal, estatal, local, ensino superior, terceiro setor e empresas) e partilhadas práticas e perspetivas na defesa dos direitos humanos de grupos minoritários;

- Comunicação acerca das políticas de integração portuguesas no Forum Global para as Migrações, Istambul, 14 a 17 de outubro;
- Comunicação no encontro geral da Rede SIRIUS (*European Policy Network on the Education of Children and Young People with a Migrant Background*), Zagreb, 22 a 23 de outubro;
- Participação no *Rencontre 2015 du Conseil de l'Europe sur la dimension religieuse du dialogue interculturel* em Sarajevo, entre 2 e 3 de novembro: neste encontro partilharam-se perspetivas e discussões, à escala europeia, em torno das várias dimensões do diálogo inter-religioso;
- Comunicação acerca das políticas de integração portuguesas na Conferência *Viena Future Talks – Visions for Integration: Social Cohesion*, Viena, 9 de novembro;
- Comunicação acerca do Diálogo Inter-religioso em Portugal no *Equinet Seminar A question of faith – Religion and belief in the work of equality bodies*, em Londres, entre 9 e 10 de novembro;
- Comunicação acerca das políticas de integração portuguesas no *Workshop* sobre a Proteção dos Migrantes e a sua Integração, Kiev, 9 a 13 de novembro.

22. Orçamento do ACM, I.P.

Fruto da forte contenção orçamental a que se assistiu em Portugal nos últimos anos, o ACM, I.P., continuou, em 2015, a apresentar uma execução orçamental decrescente, tal como se pode verificar no gráfico abaixo. Efetivamente, no período de 2013 a 2015, a execução orçamental deste Instituto sofreu uma redução de mais de um milhão de euros. Em 2015 a execução do orçamento ficou pouco acima dos 5 M€, uma redução de quase 20% face aos 6.3 M€, em 2013.



Fig. 99 – Execução Orçamental do ACM, I.P., em 2013–2015

Esta quebra, sentida particularmente em 2015, deve-se fundamentalmente à redução de receitas provenientes de fundos comunitários, o que se explica pela combinação de dois fatores determinantes:

- Transição entre Quadros Comunitários: o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) terminou em 2014, data em que a grande maioria dos projetos do ACM, I.P., cofinanciados pelo Programa Operacional Potencial Humano (POPH) terminaram também. Apenas para o funcionamento dos CNAI (Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante) foi aprovado a manutenção do cofinanciamento do Fundo Social Europeu (FSE) até 30 de junho de 2015. Todo o segundo semestre de 2015, terá de pertencer ao novo Quadro Comunitário 2014-2020, no âmbito do Portugal 2020, cujas candidaturas, previsivelmente, serão abertas em meados de 2016;
- Alteração do Sistema de Gestão e Controlo, nomeadamente através da delegação de competências de gestão da Autoridade Responsável pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT) para o ACM, I.P. Ao assumir as competências de Autoridade Delegada, o ACM, I.P., deixou de ser beneficiário deste fundo, o que tem necessariamente impacto sobre as receitas provenientes da Comissão Europeia, uma vez que este financiamento deixa de refletir-se no orçamento do Instituto. O ACM, I.P., deixou de executar estas verbas comunitárias, passando a selecionar e acompanhar os projetos no terreno. Estas alterações tiveram repercussões no orçamento, com a diminuição significativa do mesmo.



Fig. 100 – Logótipo do FEINPT

Durante o ano 2015, o ACM, I.P., continuou também a exercer as competências delegadas do POPH, no âmbito das quais funcionou como Organismo Intermédio para o Programa Português para Todos (PPT) até 30 de junho de 2015.



Fig. 101 – Logótipos do POPH, QREN e FSE

Estas funções serão alargadas, em 2016, enquanto Autoridade Delegada no âmbito do Fundo Asilo Migração e Integração (FAMI) e como Organismo Intermédio no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE) noutras tipologias.

Continuando a grande aposta de desenvolver a sua missão através da cooperação estreita com a sociedade civil, em particular com as Associações de Imigrantes e outras instituições sem fins lucrativos que trabalham em prol dos(as) migrantes, o ACM, I.P., voltou a alocar a maior fatia do seu orçamento global – cerca de 43%, o correspondente a 2,2M€ (2,5M€ em 2014) – para o agrupamento económico 04 *Transferências Correntes* para Instituições Sem Fins Lucrativos.

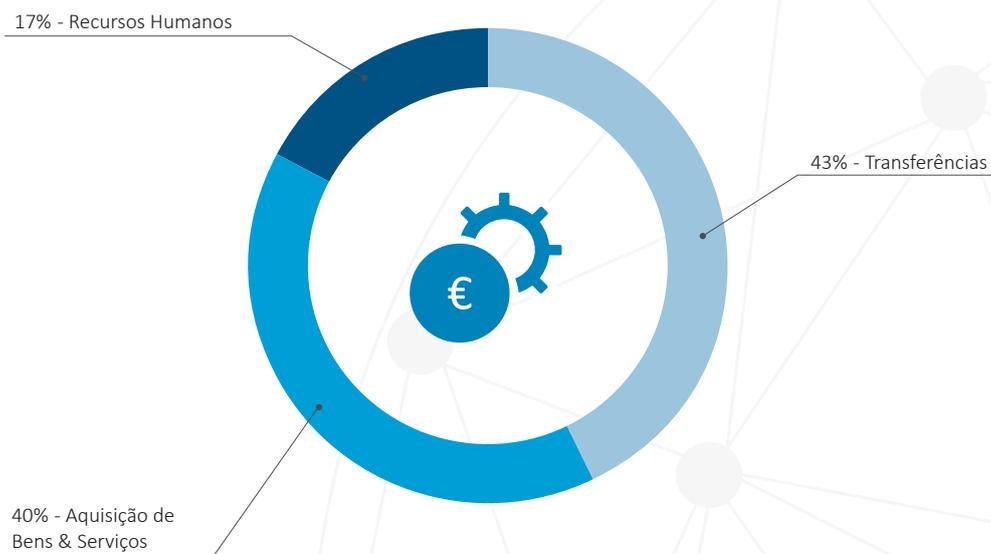


Fig. 102 – Execução orçamental por agrupamentos económicos

Estes meios orçamentais destinaram-se a apoiar e estimular a rede associativa imigrante, bem como as associações nacionais que trabalham com as populações migrantes, promovendo a sua participação na definição e implementação das políticas de integração e viabilizando o desenvolvimento de iniciativas que favoreçam a sua integração na sociedade portuguesa.

Finalmente as Despesas com Pessoal (Agrupamento Económico 01) representaram globalmente apenas 17% do Orçamento Global, cerca de 0,9M€. Ligeiramente abaixo do que se verificou em 2014 (1M€), o que se explica pela saída de recursos humanos, com o termo do procedimento concursal para a contratação de 16 técnicos(as) superiores, estando este Instituto em fase de constituição do seu Mapa de Pessoal.

23. Auditorias

O ACM, I.P., enquanto Instituto que participa em diferentes projetos cofinanciados por fundos comunitários, é alvo de diversas ações de auditoria por parte das diferentes entidades competentes. Entre estas destacam-se a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, a Inspeção Geral das Finanças e a própria Comissão Europeia. As verificações no local por parte do POPH, ou por parte da SGMAI, foram também frequentes, sendo de destacar a boa cooperação que existiu entre o ACM, I.P., e estas entidades, assim como o bom resultado dos relatórios de auditoria em que foram assinaladas pequenas e pontuais correções financeiras.

É também de realçar a avaliação externa efetuada ao desempenho do FEINPT, onde se destaca claramente o impacto positivo que a gestão destes fundos por parte do ACM, I.P., teve na definição de uma estratégia de acolhimento e integração de migrantes a nível nacional e local, conforme é explícito no relatório elaborado pela entidade avaliadora.

24. Programas de Formação Interna ou Externa

Em Janeiro de 2016, foi apresentado, pelo NGARH, um Plano de Formação construído enquanto instrumento planificador da intervenção formativa a realizar pelo Alto Comissariado para as Migrações, I.P., ao longo do ano de 2016, junto dos(as) colaboradores(as) e funcionários(as).

A formação surge no quadro das atividades do ACM, I.P., como uma ação fundamental para o cumprimento dos objetivos globais a atingir pela instituição. A implementação deste plano, procura, numa lógica de gestão de qualidade, capacitar os(as) colaboradores(as) e equipas na sua heterogeneidade, promover a eficácia dos serviços prestados e em simultâneo, proporcionar, fora do contexto normal de trabalho, a interação entre as diferentes equipas que compõem o organismo.

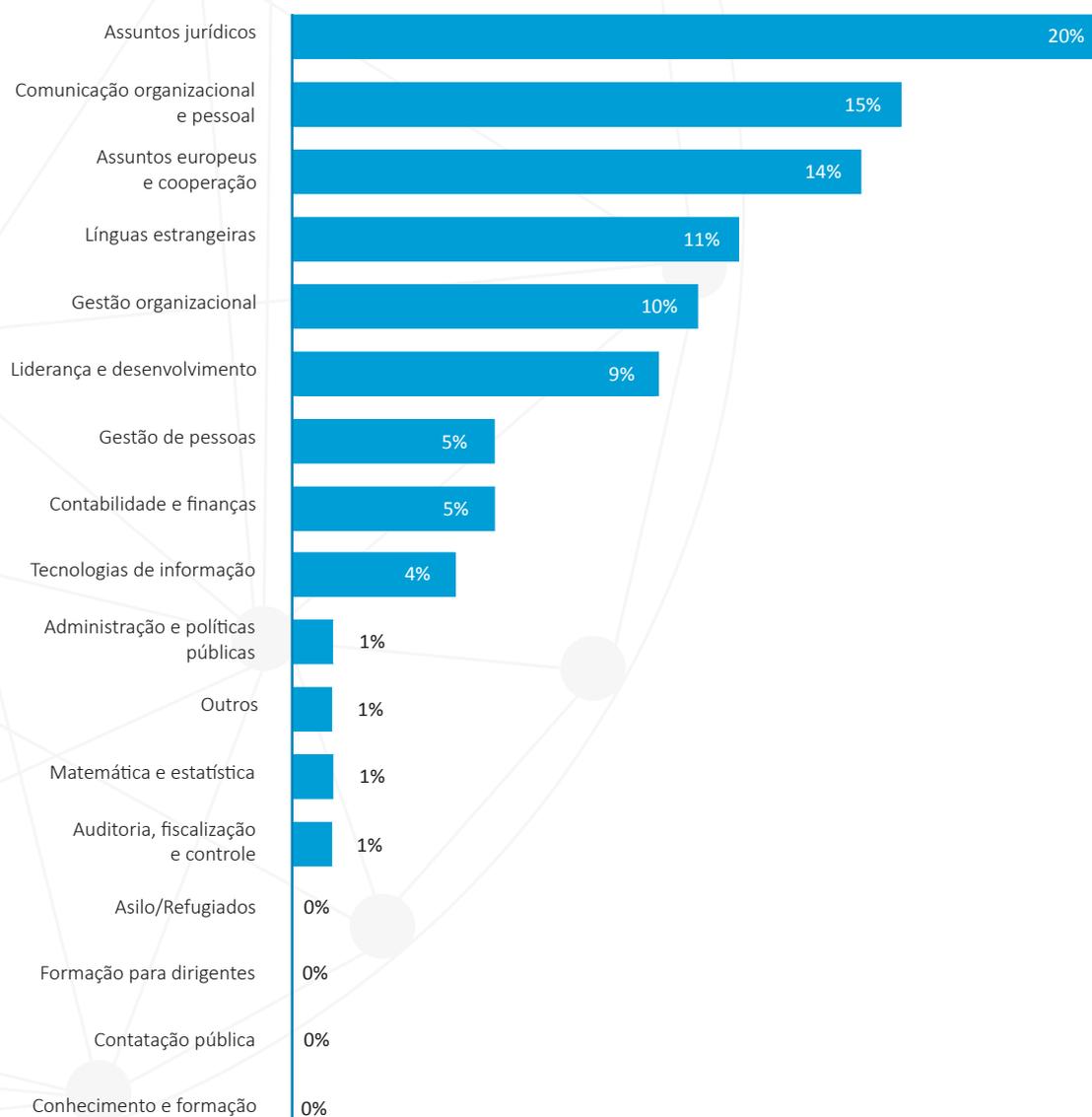


Fig. 103 - Diagnóstico de Necessidades Formativas para 2016

25. Recursos Humanos

O ACM, I.P., concluiu um procedimento concursal, a 16 de Outubro de 2015, para o preenchimento de 16 postos de trabalho para a carreira de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, iniciando, dessa forma, o preenchimento de diversos lugares do Mapa de Pessoal do Alto Comissariado para as Migrações, I.P..

A equipa do ACM, I.P., terminou o ano de 2015 com a seguinte configuração:

- Conselho Diretivo:
 - Alto-comissário para as Migrações: Pedro Calado
 - Vogal: José Antunes Fernandes
- Gestor do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante de Lisboa: Mário Ribeiro
- Gestora do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante do Porto: Svetlana Alves
- Gestor do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante de Faro: Gonçalo Salgado
- Gestora do Gabinete Técnico dos Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes: Rita Gonçalves
- Coordenadora do Gabinete Português para Todos: Gabriela Semedo
- Gestora do Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação: Sandra Batista
- Coordenadora da Equipa de Fundos e Apoio Financeiro: Tatiana Botelho
- Coordenadora do Gabinete de Estudos, Relações Internacionais e Direitos Humanos: Catarina Reis Oliveira
- Gestora do Plano Estratégico para as Migrações: Cristina Casas
- Gestora do Gabinete de Apoio às Políticas Locais: Cláudia Pires
- Coordenadora do Gabinete de Educação, Formação e Mediação Intercultural: Cristina Milagre
- Gestor do Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas: Carlos Nobre
- Gestora do Gabinete de Apoio ao Regresso Emigrante: Marina Pedroso
- Gestora do Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo Migrante: Ana Couteiro
- Diretora do Programa Escolhas: Luísa Malhó

À equipa do ACM, I.P., juntam-se os(as) mediadores(as) interculturais, enquadrados(as) nos serviços através de protocolos com Associações de Imigrantes e Organizações Não-Governamentais. Tal como em anos anteriores, em 2015, os(as) mediadores(as) interculturais e demais funcionários(as), consultores(as) e colaboradores(as) do ACM, I.P., tiveram um contributo fundamental para o desenvolvimento das atividades descritas neste Relatório.

Adnilson Nobre
Albertina Afonso
Alexandra Ferreira
Alexandra Fabião
Alexandre Tavares
Álvaro Leite
Álvaro Gaspar
Ana Carvalheira
Ana Correia
Ana C. Gonçalves
Ana Cunha
Ana Cristovão
Anabela Domingos
Ana Paula Fitas
André Pereira
Andreia Santos
Anelide Pereira
Ângela Alves
Ângela Ramos
Angella Graça
Areosvaldo Nancassa
Artur Cabral
Assunção Sousa
Bárbara Duque
Berill Baranyai
Bin Guan
Bruno Ambrioso
Bruna Bilro
Carla Lonha
Carla Martingo
Carmem Tavares
Catarina Duarte
Cátia Almeida
Cecília Mendes
Celeste Barreira
Celestino Pinto
Cidália Pinto
Clarisse Machado
Cláudia Monteiro
Cristina Gomes

Cristina Gonçalves
Cristina Ribeiro
Cristina Rodrigues
Dina Santos
Dulcineia Varela
Eduardo Quá
Elena Golovatcheva
Elena Marques
Eliana Berto
Eliseu Lopes
Elsa Antunes
Élsio Domingos
Emília Santos
Fernanda Rodrigues
Fernanda Silva
Filipe Magalhães
Francisco Madeira
Gabriela Lamego
Georgina Camilo
Glória Carvalhais
Gonçalo Salgado
Graça Frias
Helena Coelho
Henrique Zaldo
Hermínia Firmino
Igor Skitsko
Inês Reis
Inês Rodrigues
Iolanda Cruz
Isabel Bráz
Isabel Lima
Isabel Sofia Pires
Isabel Rolim
João Leite
Jonas Batista
João Costa
Joaquim Mahando
José Fernandes
José Lino Neves
José Mateus

José Matias Bernardo
Júlia Cruz
Júlia Santos
Larysa Mikulich
Lígia Almeida
Lília Pavlenco
Ludmila Donoaga
Luísa Costa
Luisa Machado
Luísa Dias
Lyubov Patravchan
Lyudmyla Tkachuk
Magalhães
Manuela Belino
Manuela Fernandes
Manuel Fidalgo
Marco Alvarez
Margarida Caseiro
Margarida Videira
Maria Demian
Maria F. Palhinhas
Maria Teresa Cadete
Mariana Campilho
Marianna Kasyanova
Mariana Melentii
Marisa Vieira
Marlene Jordão
Marta Pereira
Matilde Silva
Marta Tiago
Miguel Lourenço
Mónica Barbosa
Moin Ahamed
Natália Gomes
Natalia Tarasenko
Neila Karimo
Noémia Monteiro
Olga Basileeva
Olga Ferreira
Olga Pavlyk

Oxana Shpuy
Patrícia Ambrósio
Paula Correia
Paula Ferreira
Paula Fitas
Paula Silva
Paulo Vieira
Pedro Azevedo
Pedro Soares
Péricles Pina
Pedro Pires
Raquel Marques
Rita Castro
Rogério Lopes
Rui Dinis
Rui Silva
Rute Carvalho
Salette Lemos
Sandra Costa
Sergiu Albu
Sofia Figueiredo
Sara Feio
Sónia Almada
Sueli Martins
Sueli Delgado
Susana Godinho
Susana Oliveira
Susana Ribeiro
Susana Tomé
Tatiana Albu
Tânia Marques
Tatiana Gomes
Teresa Batista
Thaissa Cavalcanti
Valeria Repina
Vera Ciubotaru
Vlademiro Duarte
Yuliya Kompaniyets
Zaida Furtado





III. AVALIAÇÃO FINAL

I. Avaliação Final de 2015

Analisando, detalhadamente, os objetivos operacionais que se desagregam em indicadores que permitem aferir do grau de cumprimento dos objetivos, podemos verificar que, em 2015, foram atingidos todos os sete indicadores propostos.

- **Indicador 1: Visitas de acompanhamento aos projetos do ACM, I.P.**

O indicador 1 teve como resultado um total de 917 visitas efetuadas, sendo que a meta prevista era de 875 visitas com uma margem de erro superior cifrada em 984 visitas.

- **Indicador 2: Total de “horas X pessoa” de formação/sensibilização ministradas (a terceiros)**

O indicador 2 teve como resultado um total de 32.699 horas de formação/sensibilização, sendo que a meta prevista era de 29.500 horas, ainda assim inferior à margem superior estabelecida em 33.187 horas.

- **Indicador 3: Número de projetos de intervenção social de apoio a migrantes**

O indicador 3, que previa 450 projetos, teve como resultado 434 projetos, logo dentro do limite inferior de 400 projetos.

- **Indicador 4: Prazo de pagamentos a fornecedores (em dias)**

O indicador 4 teve como resultado 14 dias de prazo de pagamentos a fornecedores, muito abaixo dos 27 dias previstos, o que se traduz no melhor resultado de sempre.

- **Indicador 5: Atendimentos médios por colaborador(a), nos gabinetes do ACM, I.P., versus o ano anterior**

O indicador 5 teve como resultado, comparativamente ao ano anterior, 99% de atendimentos médios por colaborador(a), dentro da margem estabelecida como erro, cifrada em 92,5%.

- **Indicador 6: Número de reclamações com fundamento da responsabilidade do ACM, I.P., apresentadas no livro amarelo**

O indicador 6 teve como resultado 6 reclamações com fundamento, abaixo da meta prevista de 14 reclamações, o que se traduz no melhor resultado de sempre.

- **Indicador 7: Tempo de espera médio nos CNAI**

O indicador 7 teve como resultado 0:17:46 de tempo médio nos CNAI, valor abaixo da meta prevista de 0:20:00, o que se traduz no melhor resultado de sempre.

Desta forma, em 2015, a taxa de realização da avaliação do QUAR 2015 foi de 100%, o que corresponde ao segundo ano consecutivo em que o ACM, I.P., regista a sua avaliação mais elevada (de nível Excelente). É de salientar que nas avaliações QUAR anteriores o Instituto havia obtido avaliações de nível Insuficiente (2011) e Bom (2012 e 2013).

2. Distinções

Em 2015, a quarta avaliação cofinanciada pela União Europeia acerca das políticas de integração para migrantes (MIPEX, 2015 - <http://mipex.eu/portugal>) voltou a confirmar os bons resultados do país que ocupa o segundo lugar no ranking de países com melhores políticas neste âmbito, tendência que se verifica desde 2007. Apesar da situação económico-financeira dos últimos anos de Portugal com aumento do desemprego em especial entre os imigrantes, o país conseguiu manter o investimento nas suas políticas, programas e serviços para uma melhor integração dos(as) imigrantes, tendo aumentado mesmo o *score* global neste índice.



Figs. 104 e 105 – Evento de lançamento e pontuação de Portugal no MIPEX



ACM



ACM

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

Rua Álvaro Coutinho, n.º 14
1150-025 Lisboa
Tel: +351 21 810 61 00
Fax: +351 21 810 61 17

Para mais informações:

www.acm.gov.pt

